

## **TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1078**

### **UMA ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DA RENDA DA POPULAÇÃO URBANA SEGUNDO DIFERENTES FONTES COM ÊNFASE NA RENDA PREVIDENCIÁRIA NO PERÍODO 1992-2002**

**Kaizô Iwakami Beltrão  
Sonoe Sugahara  
Flávio Rabelo**

Rio de Janeiro, março de 2005



## **TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1078**

### **UMA ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DA RENDA DA POPULAÇÃO URBANA SEGUNDO DIFERENTES FONTES COM ÊNFASE NA RENDA PREVIDENCIÁRIA NO PERÍODO 1992-2002**

**Kaizô Iwakami Beltrão\***  
**Sonoe Sugahara\*\***  
**Flávio Rabelo\*\*\***

Rio de Janeiro, março de 2005

---

\* Da Ence/IBGE.

\*\* Consultora do IPEA.

\*\*\* Da Fundação Getulio Vargas (FGV/SP).

## **Governo Federal**

### **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

**Ministro** – Nelson Machado (interino)

**Secretário-Executivo** – Nelson Machado



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidente**

Glauco Arbix

#### **Diretora de Estudos Sociais**

Anna Maria T. Medeiros Peliano

#### **Diretor de Administração e Finanças**

Celso dos Santos Fonseca

#### **Diretor de Cooperação e Desenvolvimento**

Luiz Henrique Proença Soares

#### **Diretor de Estudos Regionais e Urbanos**

Marcelo Piancastelli de Siqueira

#### **Diretor de Estudos Setoriais**

Mario Sergio Salerno

#### **Diretor de Estudos Macroeconômicos**

Paulo Mansur Levy

#### **Chefe de Gabinete**

Persio Marco Antonio Davison

#### **Assessor-Chefe de Comunicação**

Murilo Lôbo

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL H55, J14, J26, J32, R2

## **TEXTO PARA DISCUSSÃO**

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO PERÍODO 1992-2002  
DESAGREGADA POR SEXO, IDADE E FONTE DE RENDA 2

3 DESAGREGAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA POR SEXO, GRUPOS DE IDADE,  
ESCOLARIDADE DO CHEFE DE DOMICÍLIO E COMBINAÇÃO DE FONTES DE RENDA 18

4 DESAGREGAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA ACIMA DE 60 ANOS POR SEXO, ESCOLARIDADE DO  
CHEFE DE DOMICÍLIO E COMBINAÇÃO DE FONTES DE RENDA 23

5 COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES 26

ANEXO A 27

ANEXO B 28

ANEXO C 29

BIBLIOGRAFIA 38



## **SINOPSE**

As políticas previdenciárias podem ser descritas como o conjunto de ações dirigidas para cobrir a eventual perda da capacidade laborativa. De modo geral, os sistemas públicos pretendem cobrir uma porção básica da renda, sem a intenção da manutenção total do poder aquisitivo. Cabe, usualmente, aos regimes complementares cumprir essa função. No Brasil, a história dos regimes complementares é relativamente recente, sendo de 1977 a lei que pela primeira vez regulamentou esses fundos (Lei 6.435). No passado, indivíduos de maior renda recorriam a estratégias alternativas para a manutenção do poder aquisitivo. Investimentos em imóveis e negócios familiares eram as opções mais comuns, uma vez que o mercado de capitais era muito incipiente. Mais recentemente já é possível notar o peso da alternativa de fundos de pensão privados (abertos e fechados) nas rendas dos idosos brasileiros. Este trabalho tem por objetivo analisar a população urbana desagregada por sexo, grupos de idade e escolaridade do chefe de domicílio, no período 1992-2002 segundo as diferentes fontes de renda e calcular o peso relativo de cada uma dessas fontes no orçamento individual, bem como sua evolução na última década e ao longo do ciclo de vida. Ênfase especial é dada à renda previdenciária: quando se focaliza a população mais idosa, a análise das diferentes estratégias utilizadas (ou não) pelos indivíduos para equalizar a renda ao longo do ciclo de vida revela que, entre as alternativas, as mais eficientes parecem ser a acumulação com o trabalho e/ou a existência de uma previdência complementar. Os dados utilizados foram obtidos a partir das diferentes PNADs ao longo do período 1992-2002.

## **ABSTRACT**

The social security policies can be described as a set of actions that aim to cover the eventual loss of the working capacity. In general, the public systems intend to cover a basic portion of the income, without the intention of keeping the total purchasing power. It is usually left to the complementary funds to fulfill this function. In Brazil, the history of the complementary funds is relatively recent: the law that regulated these funds for the first time (Law 6.435) was approved in 1977. In the past, individuals with higher income used alternative strategies for the maintenance of their purchasing power. Familiar investments in property and businesses were the most common options, since the stock market was very incipient. More recently it is already possible to notice the weight of the private pension funds (open and closed) in the income of the aged Brazilians. This work has as objective the analysis of the urban population disaggregated by sex, groups of age and schooling of the head of the domicile, in the period 1992-2002 according to the different sources of income. Another objective is to calculate the relative weight of each one of these income sources in the individual budget, as well as its evolution in the last decade and along the life cycle. Special emphasis is placed on the income received from social security: when the most aged population is focused, the analysis of the different strategies used (or not) by the individuals to equalize the income along the life cycle points to the fact that between the alternatives, the most efficient ones seem to be the accumulation with the work and or the existence of a complementary fund. The used data are from different PNADs along the time period 1992-2002.





# 1 INTRODUÇÃO

As políticas previdenciárias podem ser descritas como o conjunto de ações dirigidas para cobrir a eventual perda da capacidade laborativa. De modo geral, os sistemas públicos pretendem cobrir uma porção básica da renda, sem a intenção da manutenção total do poder aquisitivo. Cabe, usualmente, aos regimes complementares cumprir essa função. No Brasil, a história dos regimes complementares é relativamente recente, sendo de 1977 a lei que pela primeira vez regulamentou esses fundos (Lei 6.435<sup>1</sup>). Alguns fundos, como o do Banco do Brasil, já existiam previamente a essa data. No passado, indivíduos de maior renda recorriam a estratégias alternativas para a manutenção do poder aquisitivo. Investimentos em imóveis e negócios familiares eram as opções mais comuns, uma vez que o mercado de capitais era muito incipiente. Mais recentemente já é possível notar o peso da alternativa de fundos de pensão privados (abertos e fechados) nas rendas dos idosos brasileiros.

Este trabalho tem por objetivo analisar a população urbana desagregada por sexo, grupos de idade e escolaridade do chefe de domicílio, no período 1992-2002 segundo as diferentes fontes de renda e calcular o peso relativo de cada uma dessas fontes no orçamento individual, bem como sua evolução na última década. Os dados utilizados foram obtidos a partir das diferentes PNADs ao longo do período 1992-2002. A PNAD tem sido coletada pelo IBGE continuamente desde 1967, porém houve, ao longo do tempo, modificações conceituais no que se refere ao mercado de trabalho, bem como de cobertura geográfica, razão por que nos concentramos, aqui, no período a partir de 1992. O desenho da amostra tem sofrido algumas alterações e os pesos utilizados para a expansão da amostra têm sido revisados após cada censo decenal, modificando os pesos previamente disponibilizados. A pesquisa tem um desenho de uma amostra estratificada em múltiplos estágios, permitindo uma amostragem contínua da população civil não-institucionalizada residindo no país. Além disso, com o tempo, houve um aumento da cobertura. A periodicidade da PNAD é anual, com exceção de anos censitários, com a data de referência em setembro [IBGE (2002)].

A PNAD investiga diversas características da população, algumas delas em caráter permanente, outras em suplementos especiais. O objetivo primeiro da PNAD é prover uma descrição do país com respeito à força de trabalho, ao rendimento e às características dos domicílios. Como a PNAD é realizada sempre no mesmo mês é possível que as estimativas contenham algum viés sazonal.

As fontes de renda consideradas neste estudo foram definidas de acordo com a prática do IBGE (ver Anexo A): trabalho, aposentadoria oficial, pensão oficial, outros tipos de aposentadoria, outros tipos de pensão, aplicações financeiras, aluguéis e doações de não-moradores

Dado que a PNAD é uma pesquisa amostral (ver Anexo C para as frações amostrais das diferentes UFs), foram consideradas médias para cada um dos triênios 1992/1993/1995, 1996/1997/1998 e 1999/2001/2002 com o intuito de minimizar a variância.

---

1. Regulamentada pelo Decreto 81.240, de 20/01/78 e revogada pela LCP 109, de 29/05/2001.

Este texto está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A Seção 2 apresenta as informações de fontes de renda desagregadas por sexo e idade individual. A Seção 3 apresenta a mesma informação desagregada por escolaridade do chefe do domicílio e grandes grupos etários: jovens (menos de 15 anos), pessoal em idades ativas (15 a 59 anos), e o segmento mais velho da população (acima de 60 anos de idade) que, em princípio, é o alvo dessas estratégias de previdência, seja ela básica ou complementar. Esse último grupo é o objeto da Seção 4. Finalmente, a Seção 5 resume os principais resultados e aponta caminhos a serem seguidos em pesquisas posteriores.

## 2 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO PERÍODO 1992-2002 DESAGREGADA POR SEXO, IDADE E FONTE DE RENDA

Nesta seção apresentamos a população urbana desagregada por sexo e idade individual. As médias consideradas para cada um dos triênios 1992/1993/1995, 1996/1997/1998 e 1999/2001/2002 aparecem nos gráficos segundo os códigos de símbolo apresentados na Tabela 1. Na Subseção 2.1 são apresentados os valores do contingente de recebedores de ingresso por cada uma das fontes já enumeradas. Na Subseção 2.2 encontram-se os valores médios em números de salários mínimos (SM) dos valores recebidos por cada uma das populações. Na Subseção 2.3 estuda-se a decomposição dos rendimentos da população segundo as diferentes fontes de renda. Na Subseção 2.4 essa mesma decomposição é analisada para a população acima de 50 anos desagregada ainda pela existência ou não de renda proveniente de outras aposentadorias e/ou pensões.

TABELA 1  
CÓDIGO DE SÍMBOLOS UTILIZADO NOS GRÁFICOS 1 A 18

▲ 92_93_95	◆ 96_97_98	◆ 99_01_02
------------	------------	------------

### 2.1 NÚMERO DE INDIVÍDUOS SEGUNDO CADA FONTE DE RENDIMENTOS POR SEXO E IDADE

Apresentamos primeiramente a evolução da população urbana desagregada por idade e sexo considerando cada uma das fontes de renda. Note-se que pode haver (e freqüentemente há) interseção de populações, já que um mesmo indivíduo pode apresentar renda de diferentes fontes (essas interseções serão objeto da Seção 3). Tal análise ajuda a acessar a importância de cada uma das fontes de renda a partir do dimensionamento das populações diretamente afetadas. Para cada uma das fontes de renda, as colunas da esquerda dos gráficos apresentam a informação para a população masculina, as da direita para a população feminina. Na primeira linha de cada gráfico estão os dados em valores absolutos e, na segunda, os dados em valores relativos com respeito ao total da população. Cada linha do gráfico corresponde a um triênio, conforme já mencionado. Note-se que números absolutos podem decrescer com a idade por causa do perfil populacional que assim se apresenta, ainda que em termos relativos as proporções possam crescer como função da idade. Há um crescimento ordenado, em números absolutos, da população recebendo das diferentes fontes de renda e também de todas as fontes agregadas, com exceção dos homens recebendo

juros de caderneta de poupança, como pode ser observado nos Gráficos 1 a 9. Quando analisamos a evolução em termos relativos (ou seja, levando-se em consideração o crescimento populacional), o cenário é ligeiramente diferente: o percentual de trabalhadores com renda de trabalho e o percentual de indivíduos com rendimentos de alguma fonte sofrem uma queda monotônica ao longo do período analisado. O percentual de beneficiários de aposentadoria e de pensão mostra uma estabilidade para os homens e um crescimento para as mulheres. Para estas, há também uma queda no percentual de receptoras de rendimentos de aluguel. Já para o recebimento de ganhos de aplicações financeiras, ambos homens e mulheres apresentam uma queda no percentual, queda essa, entre as mulheres, acompanhada de uma mudança do perfil etário.

Analisando em separado a população com alguma fonte de renda (ver Gráfico 1), vemos que o perfil etário é o esperado: crescente nas primeiras idades e decrescentes nas idades avançadas. Nota-se uma discreta bimodalidade (em torno de 20 e de 35 anos), que é mais acentuada entre as mulheres. Em termos relativos, a proporção de indivíduos do sexo masculino com alguma fonte de renda apresenta um perfil idêntico nos três períodos considerados. Esse perfil é monotonicamente crescente nas idades e pode ser desagregado, *grosso modo*, em quatro fases: até 30 anos com altas taxas de crescimento; entre 30 e 60 anos quase estável com baixas taxas de crescimento; de 60 a 70 anos, uma outra fase com mudança de patamar; e mais de 70 anos, novamente quase estável. Entre as mulheres o perfil etário também é comum a todos os períodos considerados no estudo e é monotonicamente crescente para quase todas as idades. Pode também ser desagregado em quatro fases: até 20 anos com altas taxas de crescimento; entre 20 e 45 anos com crescimento moderado; de 45 a 55 anos com uma ligeira queda nos valores; e acima de 55 anos crescente com taxas moderadas. Esta última fase é resultado do número crescente de aposentadorias e, principalmente, de pensões de viuvez. Estudos têm mostrado uma inversão no hiato de gênero com respeito à renda da população idosa: mulheres idosas têm em média uma melhor situação econômica do que os homens idosos por acumularem às suas aposentadorias também as pensões de viuvez. Esse hiato, que em idades mais jovens, quando a principal renda é proveniente do trabalho, é a favor dos homens, se reverte e aumenta nas idades mais velhas a favor das mulheres.

Se considerarmos a evolução temporal, essas proporções, entre os homens, diminuem ligeiramente nas idades abaixo de 60 anos e crescem muito pouco nas idades avançadas. Entre as mulheres essa diminuição relativa só ocorre até os 20 anos e o aumento nas idades acima de 20 anos é bem mais importante que entre os homens.

Quanto ao mercado de trabalho (ver Gráfico 2), neste texto considerado como os indivíduos trabalhando com renda de trabalho (lembrar que o conceito de trabalho nas PNADs foi ampliado para incluir os trabalhadores sem remuneração trabalhando em economia familiar ou para o autoconsumo), o que vemos é um adiamento na entrada. Para ambos os sexos, os contingentes e as taxas de participação nas primeiras idades (até 20 anos aproximadamente) diminuíram no tempo. Para as idades mais altas os contingentes aumentam no tempo, principalmente entre as mulheres. Quanto às proporções, estas caem entre os homens e aumentam entre as mulheres, indicando uma retração do mercado de trabalho urbano masculino e uma inserção maior da mão-de-obra feminina.

GRÁFICO 1  
 EVOLUÇÃO DO NÚMERO (MILHARES — MÁXIMO DA ESCALA: 1.000) E DO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO (ESCALA MÁXIMA: 100%) DE INDIVÍDUOS COM RENDIMENTOS (TODAS AS FONTES) POR IDADE E MÉDIAS TRIENAIS NO PERÍODO 1992-2002

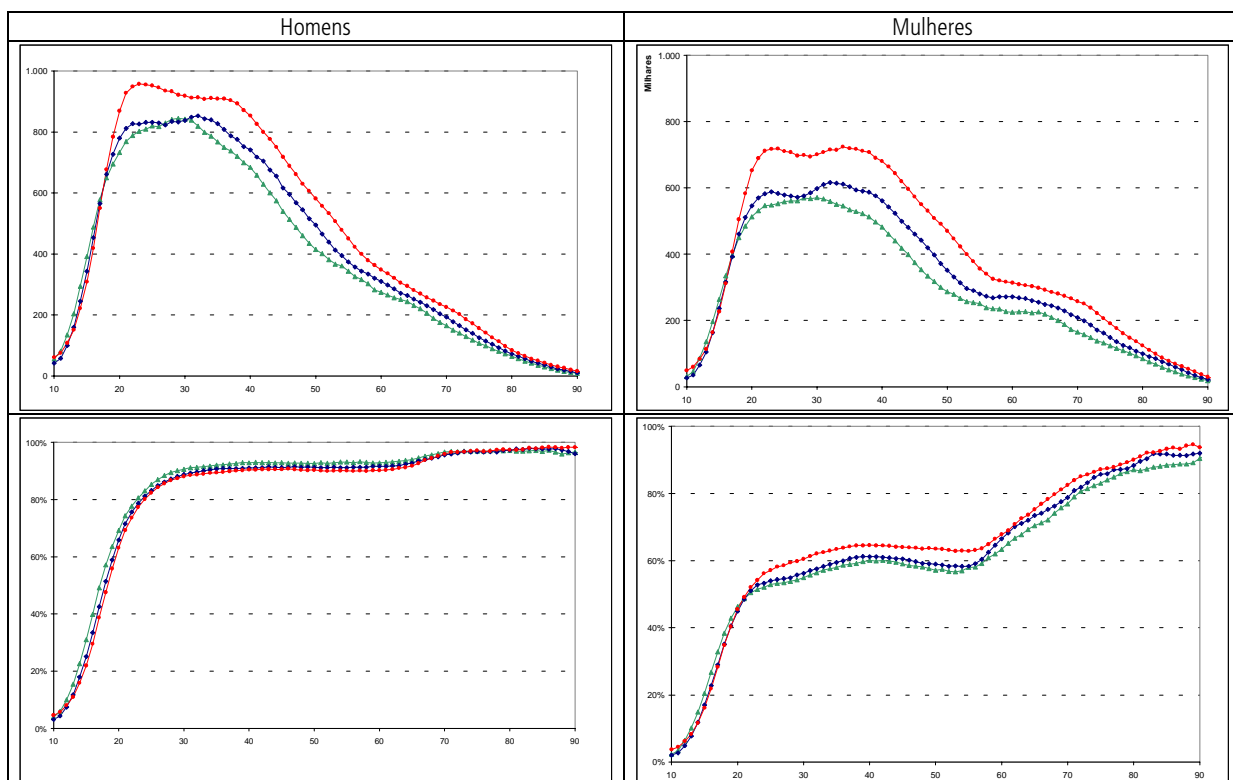
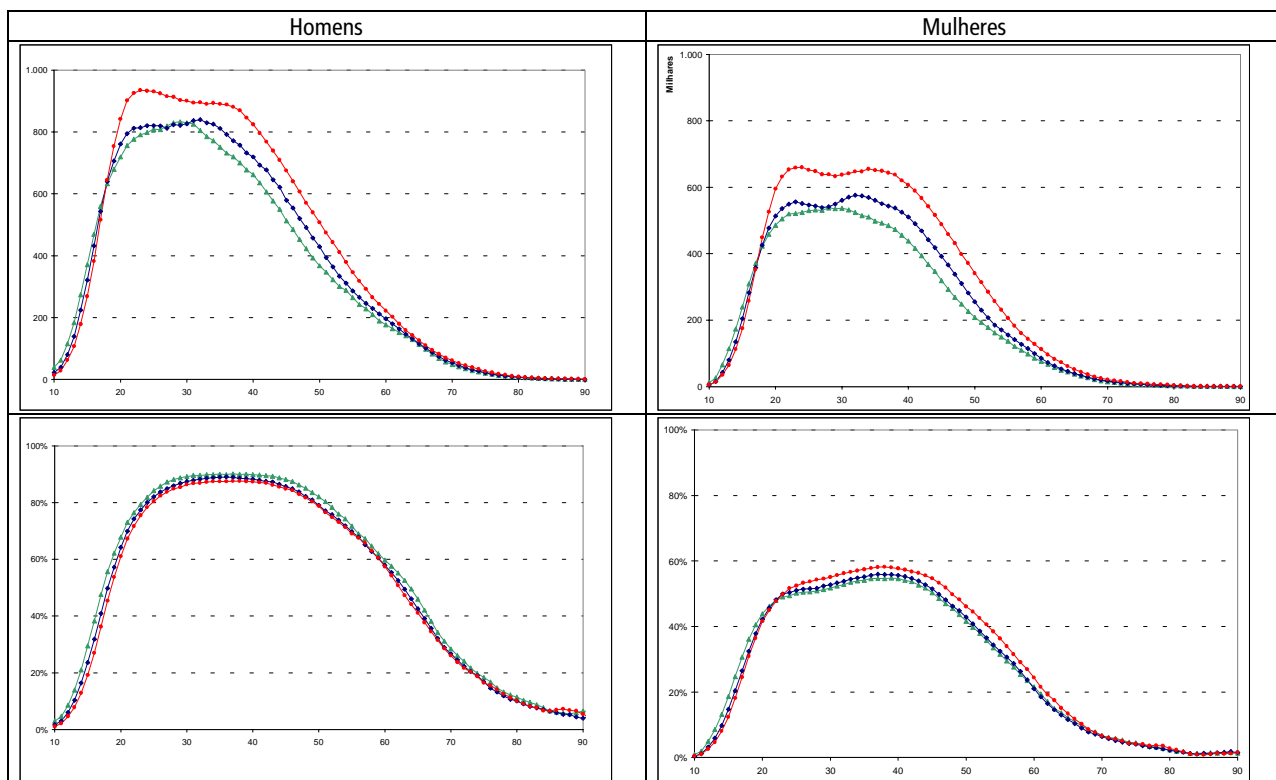
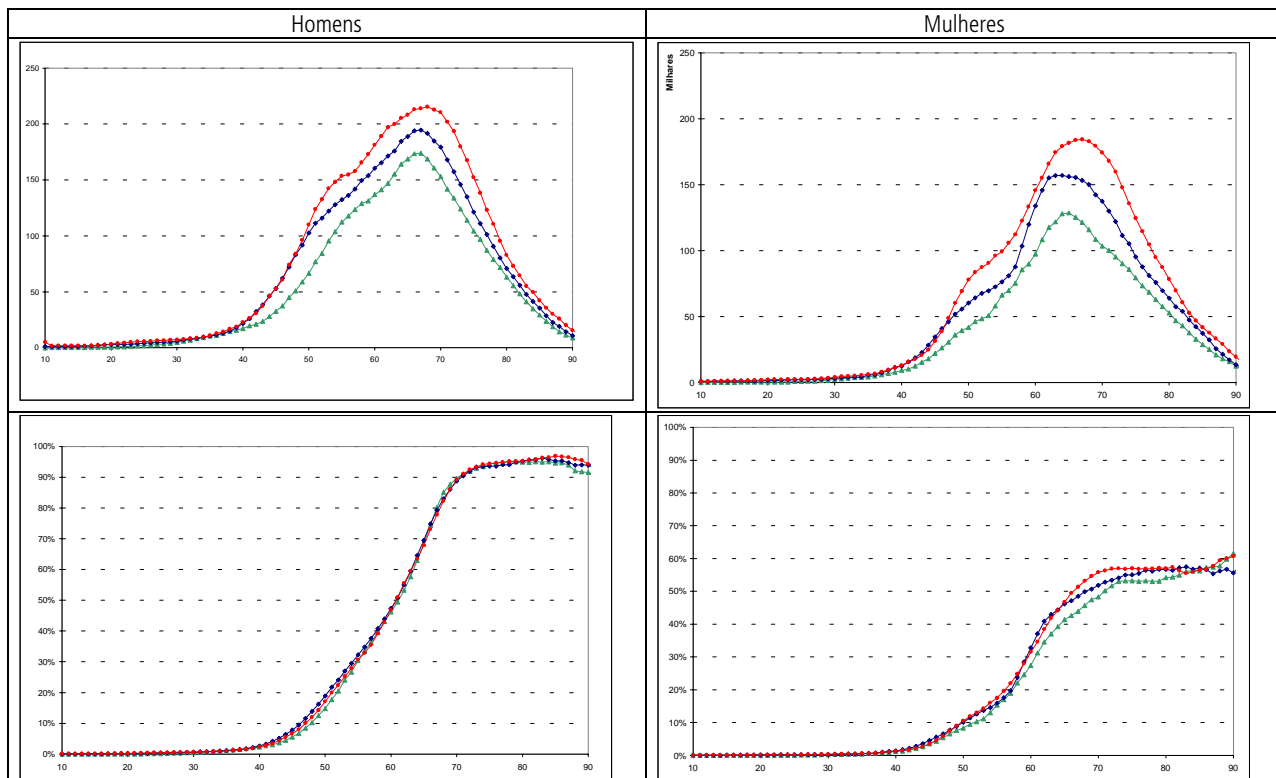


GRÁFICO 2  
 EVOLUÇÃO DO NÚMERO (MILHARES — MÁXIMO DA ESCALA: 1.000) E DO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO (ESCALA MÁXIMA: 100%) DE TRABALHADORES COM RENDA DE TRABALHO POR IDADE E MÉDIAS TRIENAIS NO PERÍODO 1992-2002



A população de aposentados (ver Gráfico 3) se apresenta unimodal e quase simétrica, mas com caudas mais pesadas para idades mais jovens. A moda é em torno de 67 anos para ambos os sexos. As proporções, como se esperava, são crescentes com a idade e alcançam valores perto de 100% para os homens e um pouco acima de 50% para as mulheres. No tempo, observamos um aumento dos contingentes de ambos os sexos recebendo aposentadoria, mas proporções crescentes somente para as mulheres, provavelmente como um reflexo da entrada mais tardia da mulher no mercado de trabalho.

GRÁFICO 3  
EVOLUÇÃO DO NÚMERO (MILHARES — MÁXIMO DA ESCALA: 250) E DO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO (ESCALA MÁXIMA: 100%) DE BENEFICIÁRIOS DE APOSENTADORIA POR IDADE E MÉDIAS TRIENAIS NO PERÍODO 1992-2002



Como esperado, a população de pensionistas (ver Gráfico 4) é quase nula entre os homens e crescente como função da idade e do tempo entre as mulheres. Entre os homens, ainda que pequenas, tanto a população como as taxas, estas são também crescentes com o tempo, ainda que não obrigatoriamente monotônicas com a idade.

Considerando-se outros tipos de aposentadoria (ver Gráfico 5), aí contabilizadas as complementações de aposentadorias, as populações são, *grosso modo*, unimodais e crescentes no tempo, apresentando, porém, a faixa até 40 anos de idades com uma população muito rarefeita. As taxas são também unimodais para os homens e crescentes com a idade entre as mulheres. Entre as mulheres as taxas se apresentam crescentes no tempo e entre os homens parece haver um rejuvenescimento da distribuição, isto é, um deslocamento para idades mais jovens no recebimento dessa fonte de renda.

GRÁFICO 4  
 EVOLUÇÃO DO NÚMERO (MILHARES — ESCALA MÁXIMA: 120) E DO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO (ESCALA MÁXIMA: 45%) DE BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO POR IDADE E MÉDIAS TRIENAIS NO PERÍODO 1992-2002

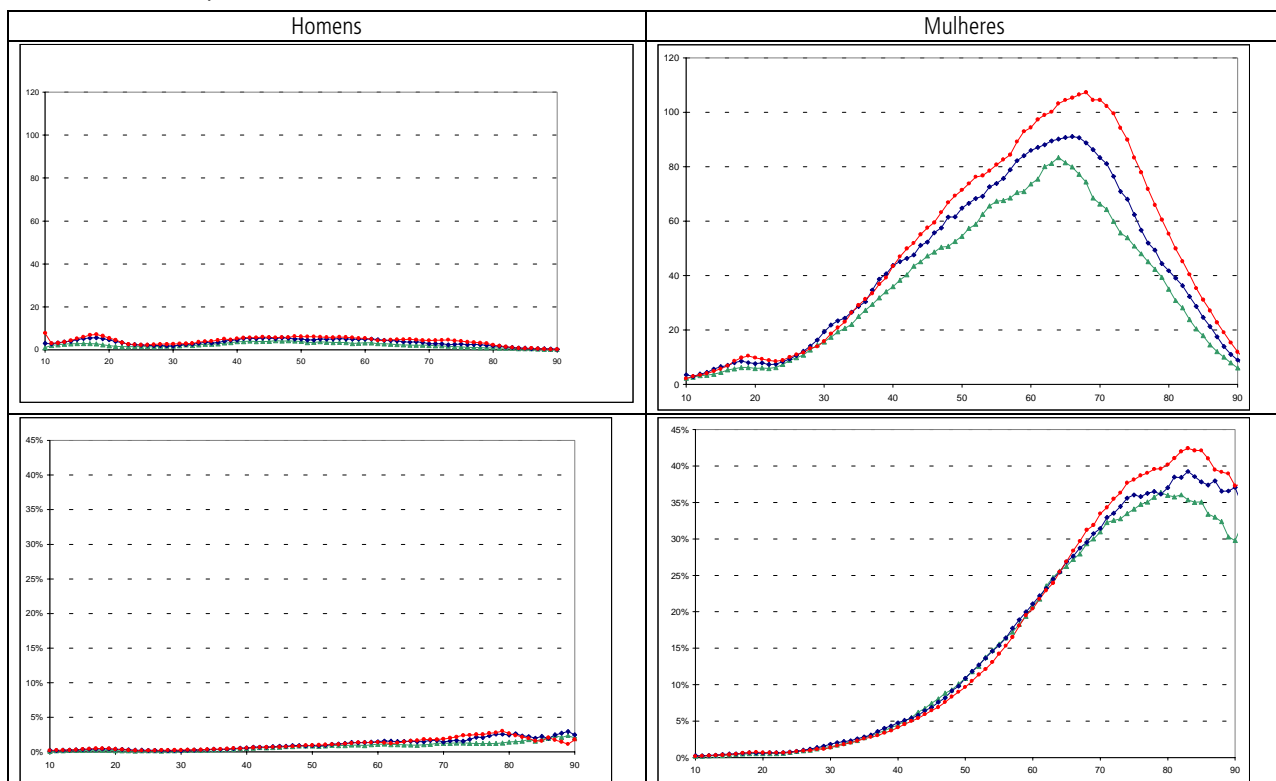
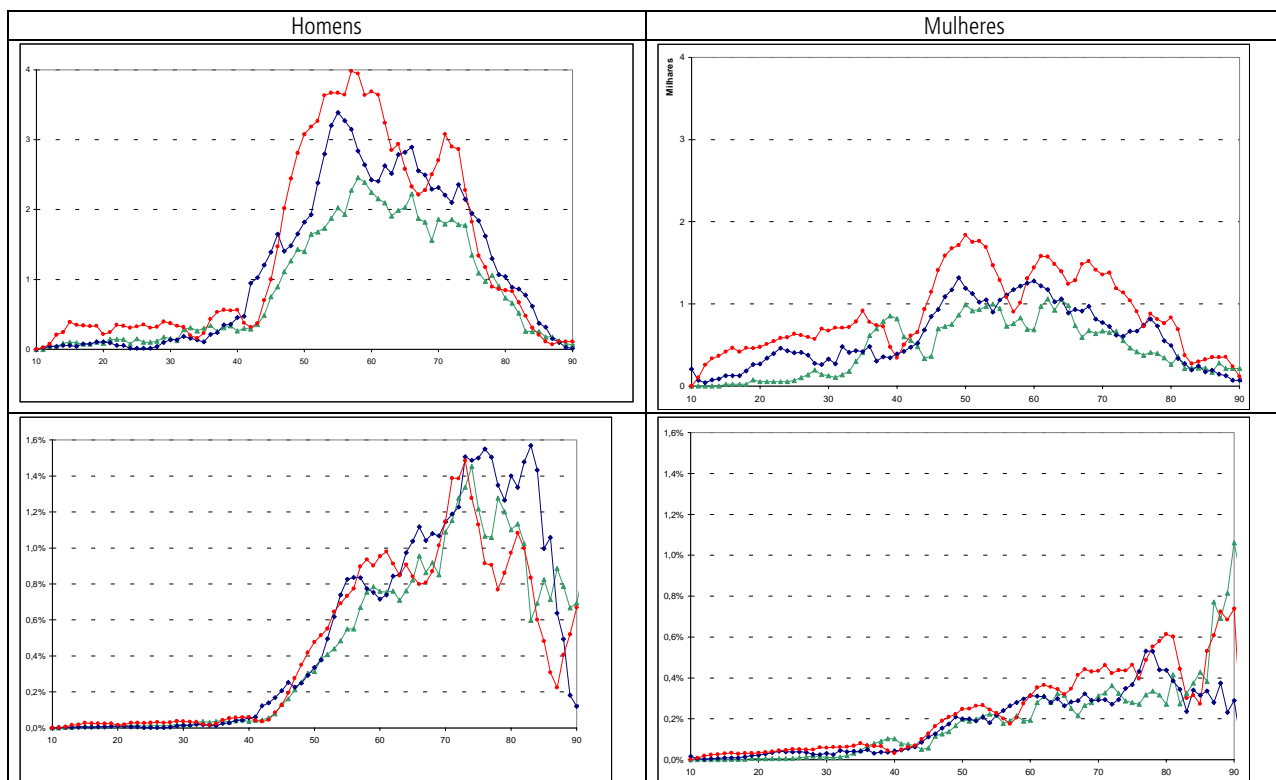
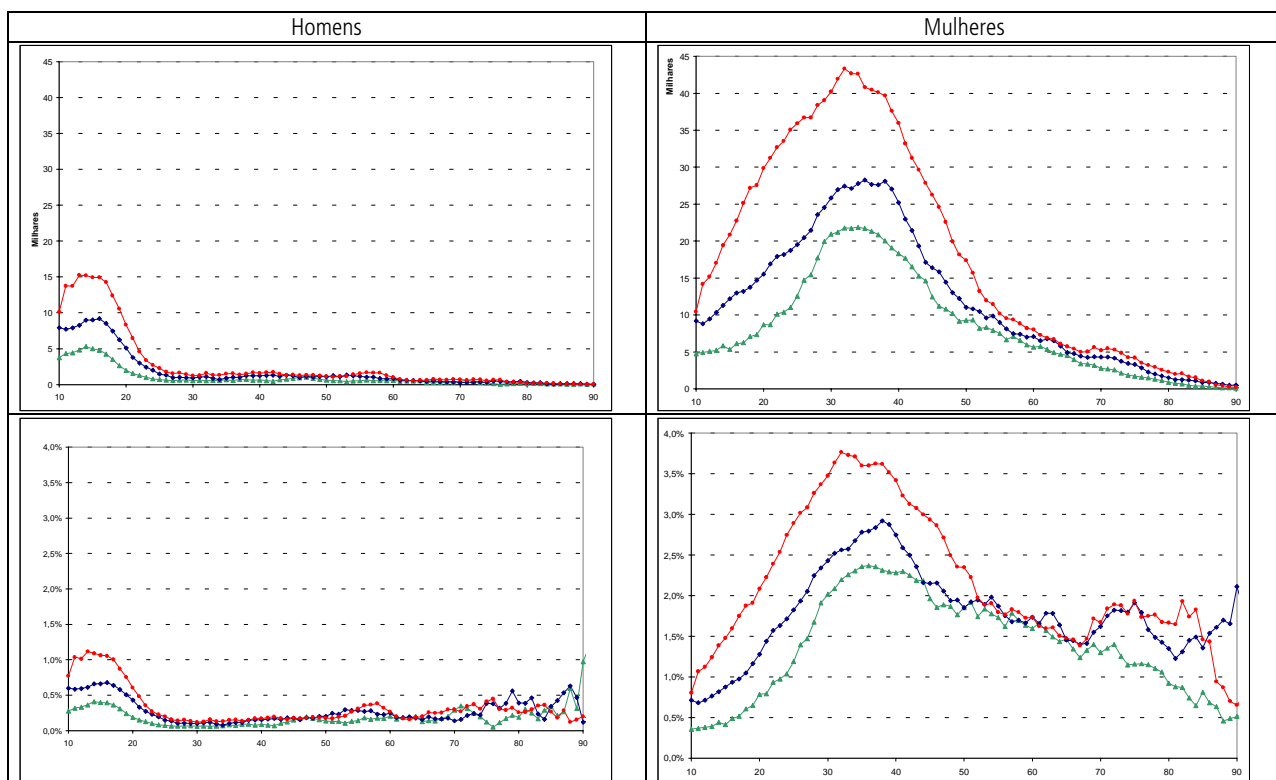


GRÁFICO 5  
 EVOLUÇÃO DO NÚMERO (MILHARES — ESCALA MÁXIMA: 4) E DO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO (ESCALA MÁXIMA: 1,6%) DE BENEFICIÁRIOS DE OUTROS TIPOS DE APOSENTADORIA POR IDADE E MÉDIAS TRIENAIS NO PERÍODO 1992-2002



Entre as mulheres, a população recebendo outros tipos de pensão (ver Gráfico 6) aumenta consideravelmente no período em análise, tanto quando se considera o contingente como quando as taxas são o objeto da análise. Entre os homens os valores são bem mais baixos, mas o crescimento também é notável, principalmente em uma pequena moda local nas idades abaixo de 20 anos.

GRÁFICO 6  
EVOLUÇÃO DO NÚMERO (MILHARES — ESCALA MÁXIMA: 45) E DO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO (ESCALA MÁXIMA: 4,0%) DE BENEFICIÁRIOS DE OUTROS TIPOS DE PENSÃO POR IDADE E MÉDIAS TRIENAIS NO PERÍODO 1992-2002



A população recebendo renda de aluguel (ver Gráfico 7) aumentou tanto para os homens como para as mulheres. O perfil da população é unimodal (moda entre 40 e 50 anos) e quase simétrico, com caudas mais pesadas para idades mais altas. O das taxas apresenta também uma unimodalidade para os homens, porém com uma queda após 60 anos (a moda) bem suave, indicando ou um comportamento de coorte (investimento em imóveis não era uma opção para o pessoal mais velho) ou a liquidação do bem. Entre as mulheres, o perfil é crescente como o apresentado para a aposentadoria.

A população de indivíduos recebendo doação em dinheiro (ver Gráfico 8) apresenta um perfil bimodal para homens e mulheres, com a primeira moda em torno de 20 anos também como máximo absoluto. A segunda moda ocorre em torno de 64 anos para os homens enquanto para as mulheres essa moda se desloca no tempo para idades mais jovens, começando em 58 anos para o primeiro triênio, 57 anos para o segundo e 54 para o triênio mais recente. As populações crescem com o tempo para ambos os sexos. As proporções são, *grosso modo*, crescentes com a idade e no tempo, apresentando dois platôs, um para adultos jovens e outro para a população idosa.

GRÁFICO 7  
 EVOLUÇÃO DO NÚMERO (MILHARES — ESCALA MÁXIMA: 35) E DO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO (ESCALA MÁXIMA: 7%) DE INDIVÍDUOS COM RENDIMENTO DE ALUGUEL POR IDADE E MÉDIAS TRIENAIS NO PERÍODO 1992-2002

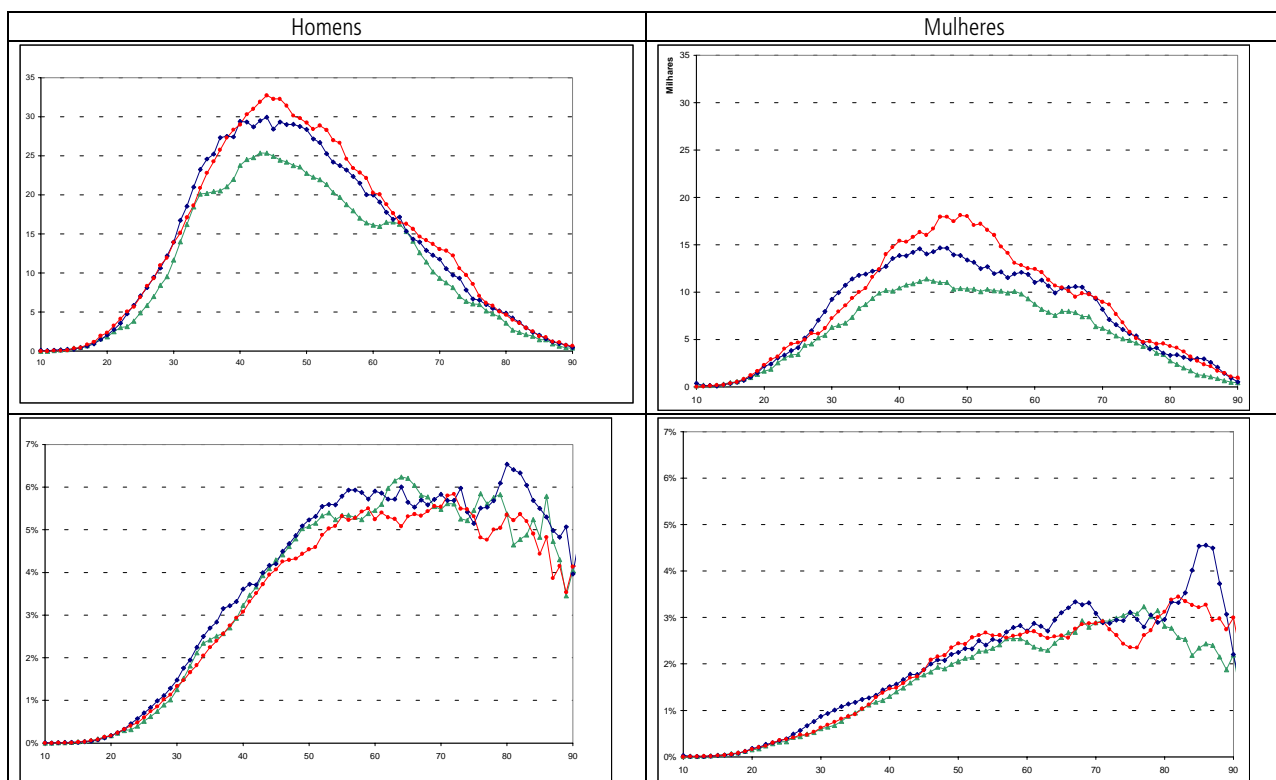
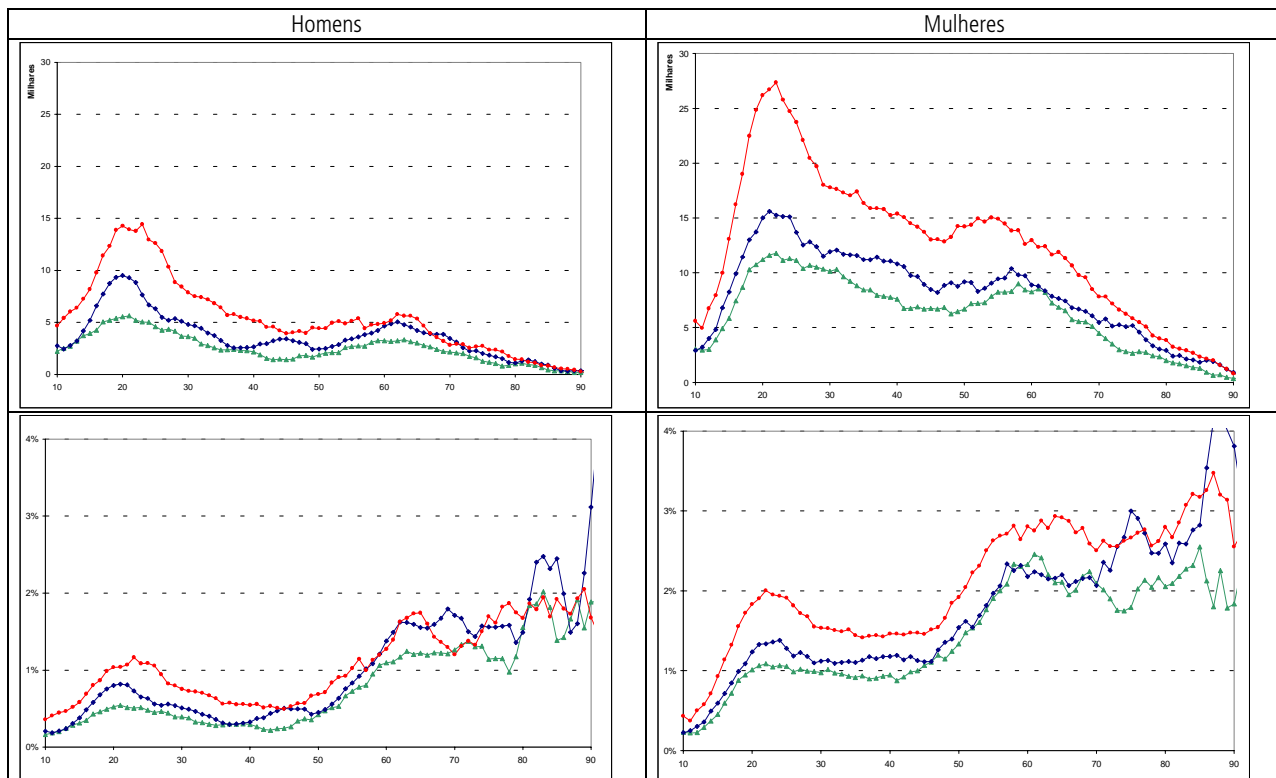


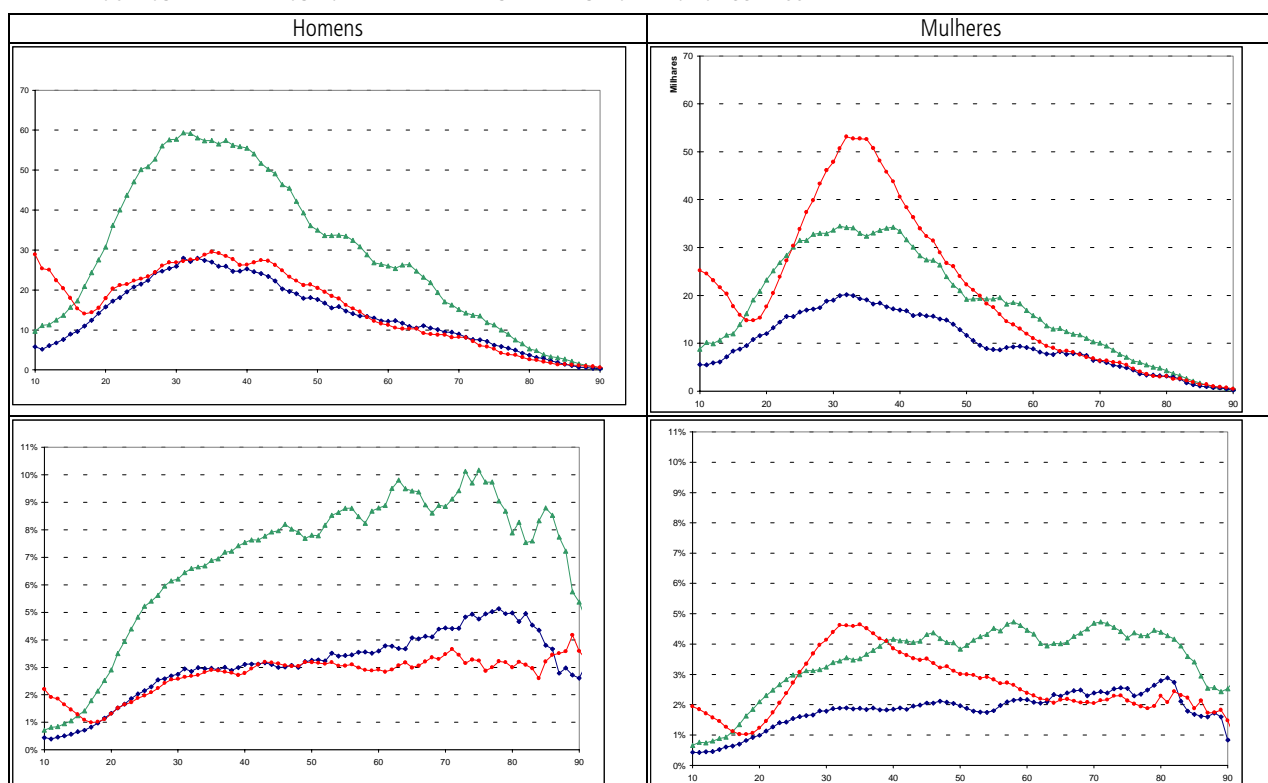
GRÁFICO 8  
 EVOLUÇÃO DO NÚMERO (MILHARES — ESCALA MÁXIMA: 30) E DO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO (ESCALA MÁXIMA: 4%) DE INDIVÍDUOS RECEBENDO DOAÇÃO DE NÃO-MORADOR POR IDADE E MÉDIAS TRIENAIS NO PERÍODO 1992-2002





A população recebendo juros de caderneta de poupança, de outras aplicações e de outros rendimentos (ver Gráfico 9) é a que apresenta uma mudança comportamental mais drástica. Para os homens, os valores para o primeiro triênio são bem acima dos demais. Há, porém, uma leve recuperação entre os dois últimos períodos. Entre as mulheres o comportamento é mais discrepante no tempo e há mesmo uma mudança no perfil da população. Nota-se um aumento significativo nas primeiras idades e uma moda mais afilada entorno de 33 anos. Na verdade os dados dessa variável apresentam três tipos de perfil diferentes e com níveis pronunciadamente distintos. Para os anos de 1992 e 1993 os valores são altos e comparáveis entre si, tanto para homens quanto para mulheres. Para os anos de 1995 a 1999 as populações se retraem para patamares mais baixos, em um nível de aproximadamente 50% dos níveis de 1992-1993. Para os anos de 2001 e 2002 homens apresentam um crescimento muito discreto, mas a persistência do padrão etário. Mulheres, por outro lado, apresentam um crescimento gradual e com mudança no padrão etário. Em face da liquidez desse tipo de investimento, o comportamento nos vários instantes do tempo pode ser bem diferenciado e é mais afetado por fatores conjunturais.

GRÁFICO 9  
**EVOLUÇÃO DO NÚMERO (MILHARES — ESCALA MÁXIMA: 70) E DO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO (ESCALA MÁXIMA: 11%) DE INDIVÍDUOS RECEBENDO JUROS DE CADERNETA DE POUPANÇA, DE OUTRAS APLICAÇÕES E DE OUTROS RENDIMENTOS POR IDADE E MÉDIAS TRIENAIS NO PERÍODO 1992-2002**



## 2.2 VALORES MÉDIOS DE INGRESSO EM NÚMERO DE SMs POR TIPO DE FONTE, SEXO E IDADE

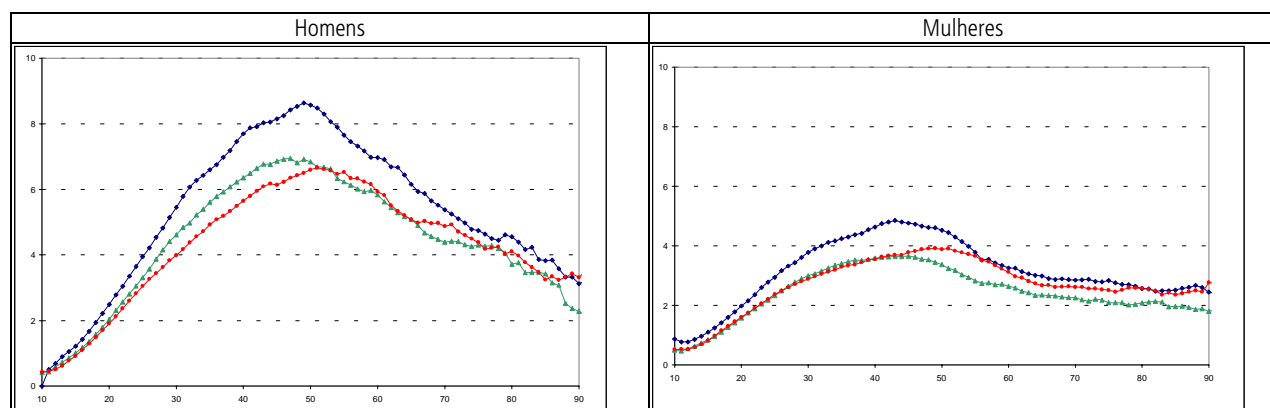
Só a informação do contingente de indivíduos recebendo segundo as diferentes fontes não é suficiente para descrever a situação de rendimento da população. Para completar, apresentamos nesta subseção os valores médios do ingresso com a mesma desagregação apresentada na anterior, ou seja, por sexo, idade e fonte de renda. No

nível micro, essa análise do valor médio recebido de cada fonte permite dimensionar a contribuição para o bem-estar do indivíduo, bem como para o seu grupo familiar, pela determinada fonte. Para uma comparação intertemporal, considerando as altas taxas de inflação existentes nos primeiros anos do período de análise, optamos por apresentar os valores médios em termos de SMs. Essa não é uma régua isenta, pois o SM real apresentou uma certa variação no período. No Anexo B apresentamos um gráfico com o valor real do SM para cada mês de referência da PNAD, bem como o valor médio dos triênios considerados nessa análise.

Os Gráficos 10 a 18 apresentam a evolução do valor médio recebido das diferentes fontes por sexo e idade. É bom lembrar que essa média refere-se aos indivíduos recebendo daquela determinada fonte, ou seja, é possível que uma fonte não tenha grande peso na renda da população porque o segmento correspondente é pequeno *vis-à-vis* a população como um todo, embora esse valor médio recebido seja bem alto.

Considerando-se todas as fontes de ingresso (ver Gráfico 10) o que se nota é um crescimento seguido de uma queda no valor médio de homens e mulheres. A queda é menos pronunciada para a população mais velha e menos ainda para a população feminina idosa. O perfil é o esperado para a renda ao longo do ciclo de vida: unimodal. Os valores médios femininos são sempre inferiores aos masculinos.

GRÁFICO 10  
EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO RECEBIDO DE TODAS AS FONTES EM NÚMERO DE SMs (ESCALA MÁXIMA: 10)  
POR IDADE E MÉDIAS TRIENIAIS NO PERÍODO 1992-2002



O rendimento do trabalho (ver Gráfico 11) apresenta comportamento semelhante ao da renda média de todas as fontes, apenas com uma variabilidade maior nas idades mais altas devido ao menor contingente de indivíduos ativos. A queda no valor médio como função da idade a partir dos 50 anos pode indicar tanto uma menor dedicação em termos de carga horária quanto uma saída diferenciada do mercado de trabalho no tempo, com os grupos socialmente mais afluentes saindo mais cedo do mercado de trabalho e, assim, diminuindo a média dos remanescentes. Essa hipótese é reforçada pelo perfil do valor médio das aposentadorias (ver Gráfico 12).

GRÁFICO 11  
 EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO RECEBIDO DE TODAS AS FONTES DE TRABALHO EM NÚMERO DE SMs (ESCALA MÁXIMA: 10) POR IDADE E MÉDIAS TRIENIAIS NO PERÍODO 1992-2002

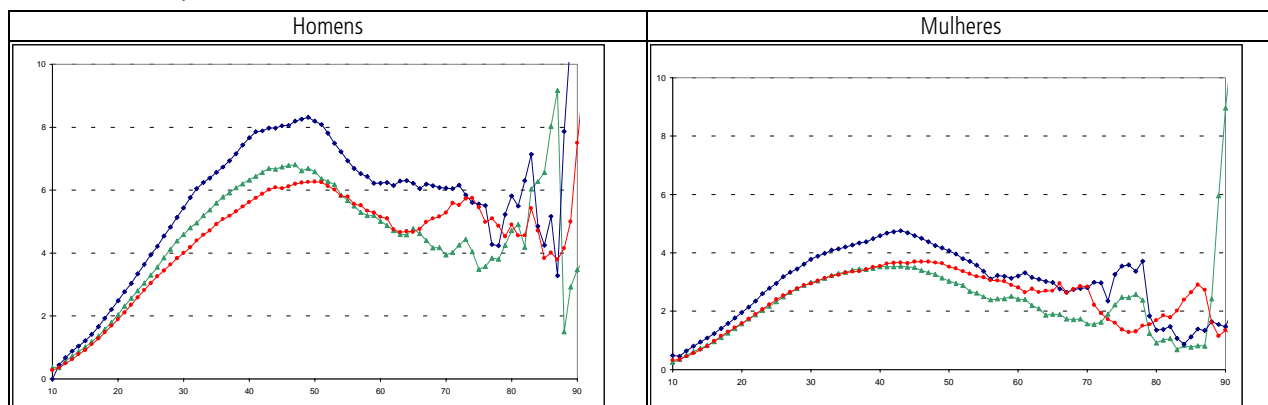
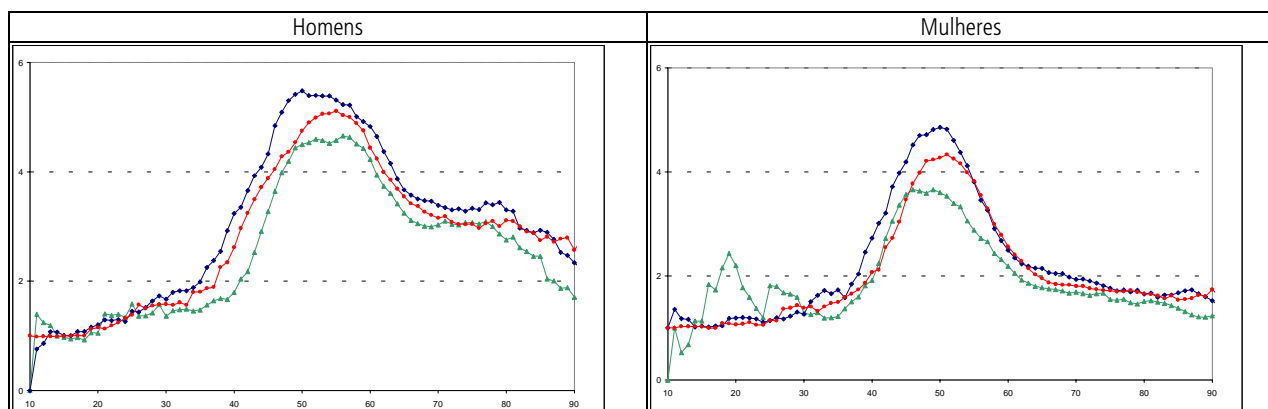


GRÁFICO 12  
 EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO RECEBIDO DE APOSENTADORIA EM NÚMERO DE SMs (ESCALA MÁXIMA: 6) POR IDADE E MÉDIAS TRIENIAIS NO PERÍODO 1992-2002



O valor médio de aposentadoria (ver Gráfico 12) é unimodal: crescente nas primeiras idades com um máximo aos 50 anos. Nas primeiras idades as aposentadorias são principalmente por invalidez, o que implica um menor valor, tanto pelo tipo de indivíduo sujeito a esses riscos quanto ao instante da carreira em que se encontra. A partir de 40 anos, com a incorporação de indivíduos aposentados por tempo de contribuição/serviço, inclusive em carreiras com tempo especial, os valores médios crescem. Para idades mais avançadas, com a inclusão de indivíduos com história laboral menos contínua e possivelmente com valores médios mais baixos, os valores médios caem, principalmente pela inclusão de aposentados por idade.

Os valores recebidos como pensão são, em média, semelhantes para homens e mulheres em torno de 2 SMs (ver Gráfico 13). Nota-se um pequeno crescimento quando se compara o primeiro triênio com os demais.

Os valores médios de outros tipos de aposentadoria (ver Gráfico 14) parecem apresentar dois grupos, os indivíduos acima de 40 anos e os abaixo. Cumpre notar que a mesma dicotomia já era notável quando se considerava o contingente de recebedores por essa fonte. A diferença entre os níveis é mais marcada entre os homens. No tempo, os valores apresentam um crescimento entre os dois primeiros triênios, seguido de uma queda. Cumpre notar que os valores médios recebidos da

previdência complementar são, em média, mais altos que os recebidos da previdência básica. A queda para as idades acima de 85 anos parece mais um problema de coorte do que estrutural, isto é, possivelmente esses indivíduos mais idosos tiveram direito a um outro conjunto de benefícios de aposentadoria complementar.

GRÁFICO 13  
EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO RECEBIDO DE PENSÃO EM NÚMERO DE SMs (ESCALA MÁXIMA: 6) POR IDADE E MÉDIAS TRIENAIS NO PERÍODO 1992-2002

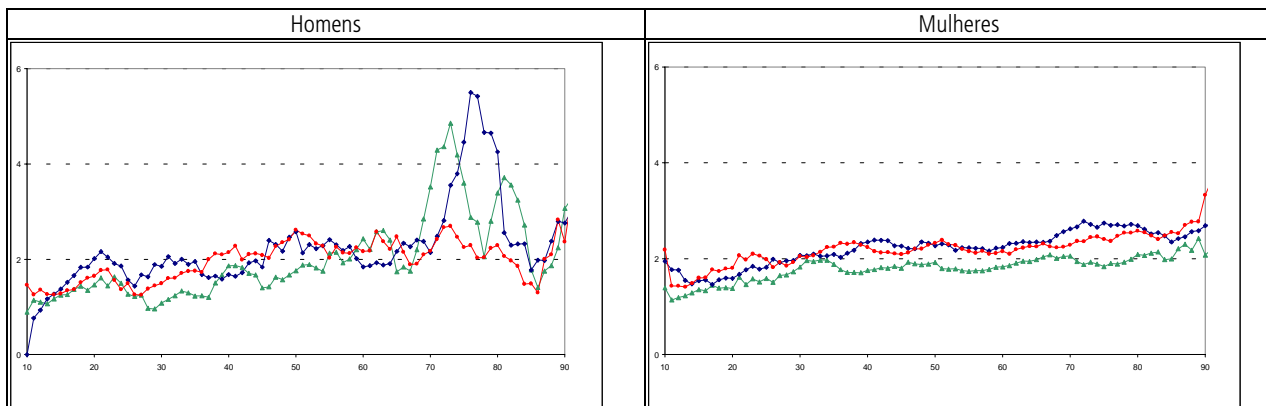
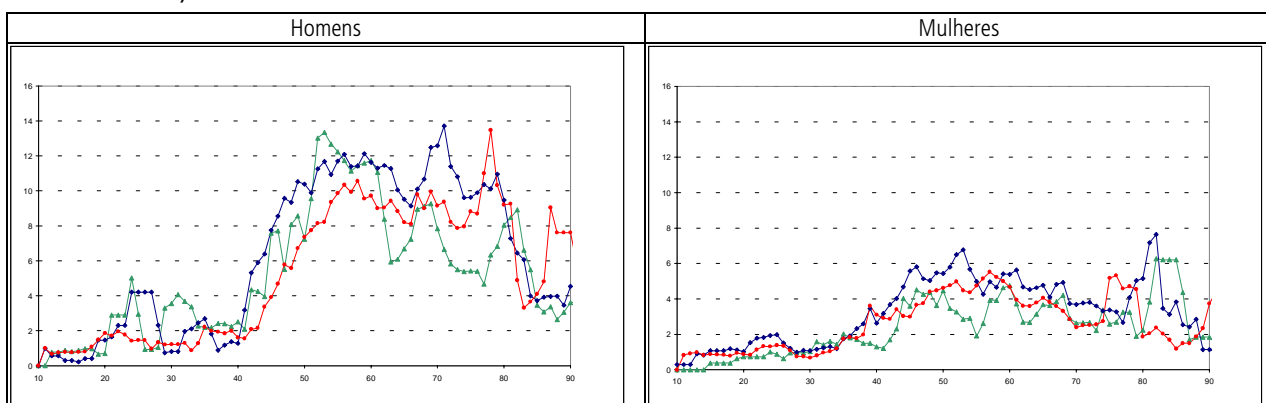


GRÁFICO 14  
EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO RECEBIDO DE OUTROS TIPOS DE APOSENTADORIA EM NÚMERO DE SMs (ESCALA MÁXIMA: 16) POR IDADE E MÉDIAS TRIENAIS NO PERÍODO 1992-2002



Entre os homens a população de indivíduos recebendo outros tipos de pensão (ver Gráfico 6) é muito esparsa, o que acarreta uma grande variabilidade nos valores médios calculados (ver Gráfico 15). Entre as mulheres os valores médios se apresentam crescentes com a idade. No tempo, o movimento é de uma subida seguida de uma queda.

Os valores médios dos rendimentos percebidos à guisa de aluguel são crescentes com a idade e muito semelhantes para homens e mulheres (ver Gráfico 16), ainda que ligeiramente maior para os homens. No tempo, observa-se o mesmo movimento de crescimento seguido de queda.

GRÁFICO 15  
 EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO RECEBIDO DE OUTROS TIPOS DE PENSÃO EM NÚMERO DE SMs (ESCALA MÁXIMA:  
 10) POR IDADE E MÉDIAS TRIENAIS NO PERÍODO 1992-2002

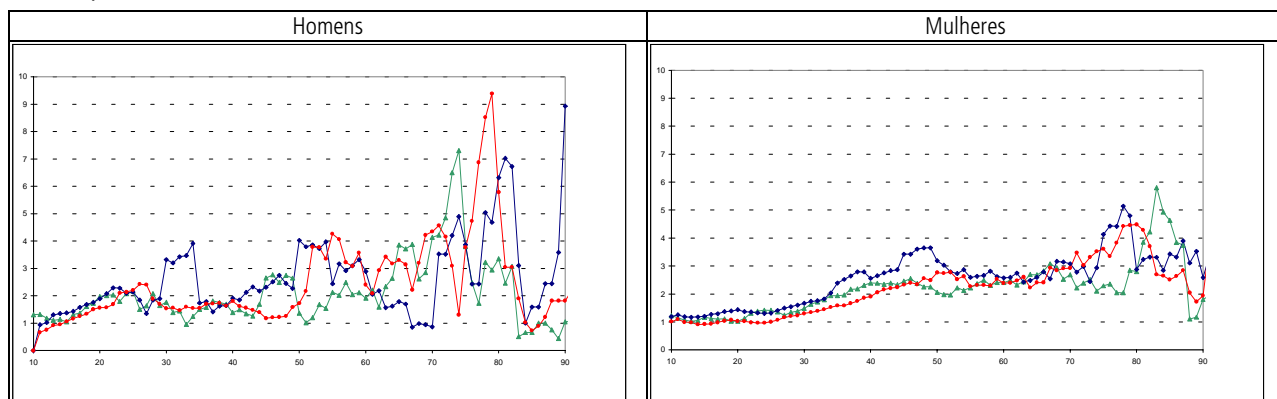
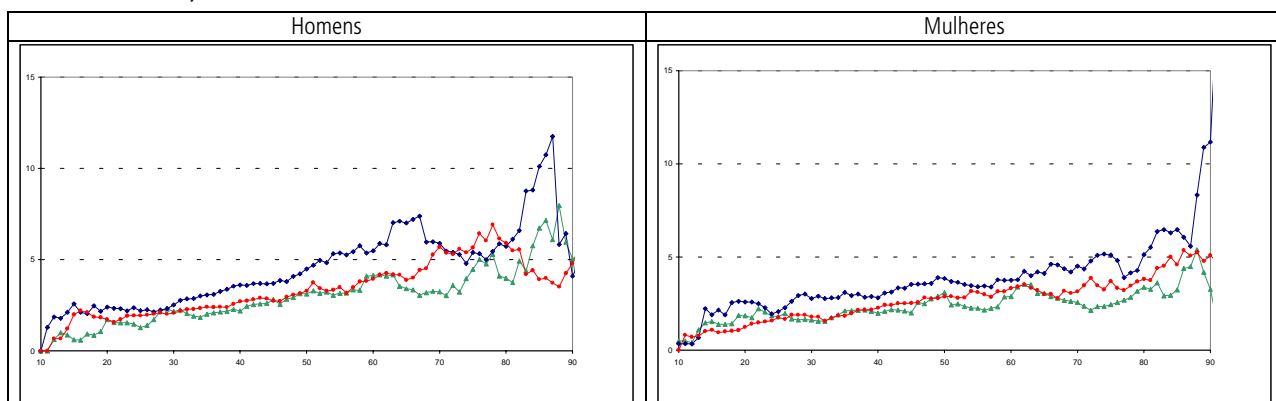
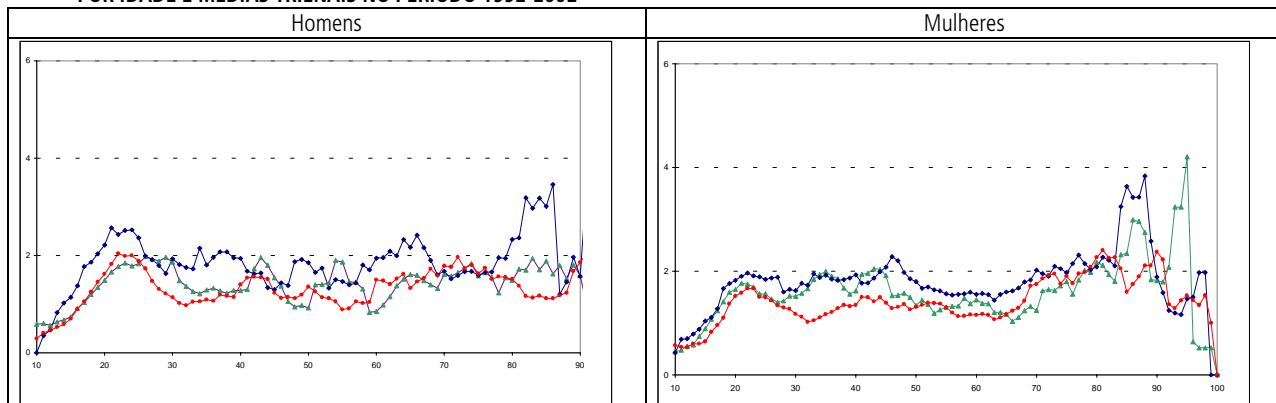


GRÁFICO 16  
 EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO RECEBIDO DE RENDIMENTOS DE ALUGUEL EM NÚMERO DE SMs (ESCALA  
 MÁXIMA: 15) POR IDADE E MÉDIAS TRIENAIS NO PERÍODO 1992-2002



O valor médio recebido como doação de não-moradores (ver Gráfico 17) apresenta um valor quase que constante a partir dos 20 anos de idade e semelhante para homens e mulheres. O valor médio é pequeno e em torno de um pouco mais de 1 SM.

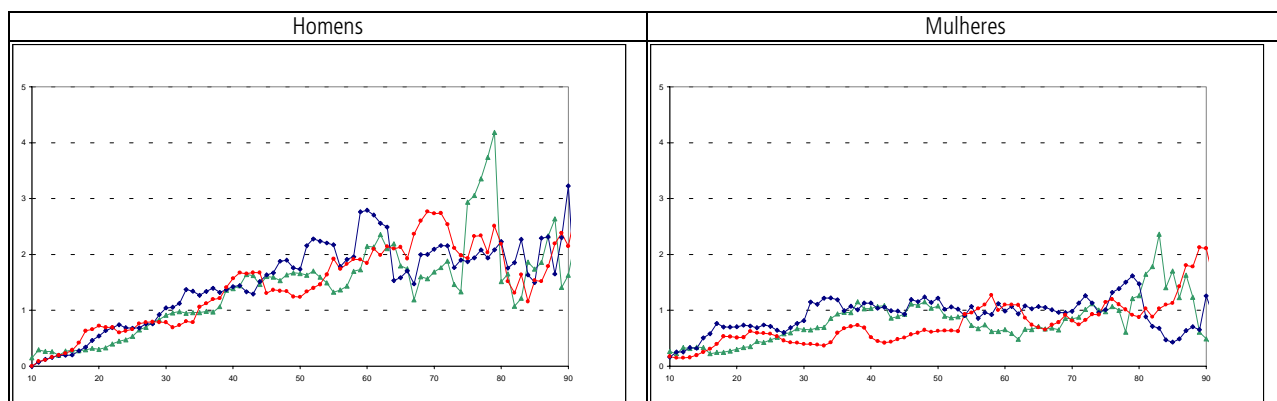
GRÁFICO 17  
 EVOLUÇÃO DO VALOR RECEBIDO DE DOAÇÃO DE NÃO-MORADOR EM NÚMERO DE SMs (ESCALA MÁXIMA: 6)  
 POR IDADE E MÉDIAS TRIENAIS NO PERÍODO 1992-2002



O valor médio recebido de juros de caderneta de poupança, de outras aplicações e outros rendimentos (ver Gráfico 18) apresenta-se crescente com a idade e com

valores maiores para a população masculina. Cumpre observar que apesar de o contingente masculino correspondente mostrar uma queda entre o primeiro triênio e os demais, esse fato não tem quase nenhum reflexo em termos de valores médios. Entre as mulheres a queda entre os dois primeiros triênios também não parece afetar o valor. No entanto, o crescimento de contingente observado entre os dois últimos triênios acontece em detrimento do valor médio que cai substancialmente, indicando possivelmente um tipo diferente de aplicação.

GRÁFICO 18  
EVOLUÇÃO DO VALOR RECEBIDO DE JUROS DE CADERNETA DE POUPANÇA, DE OUTRAS APLICAÇÕES E OUTROS RENDIMENTOS EM NÚMERO DE SMs (ESCALA MÁXIMA: 5) POR IDADE E MÉDIAS TRIENIAIS NO PERÍODO 1992-2002



### 2.3 DECOMPOSIÇÃO DOS RENDIMENTOS SEGUNDO AS DIFERENTES FONTES DE RENDA

Nesta subseção apresenta-se a decomposição da renda individual segundo as diferentes fontes, que são listadas com os códigos de tons correspondentes na Tabela 2.

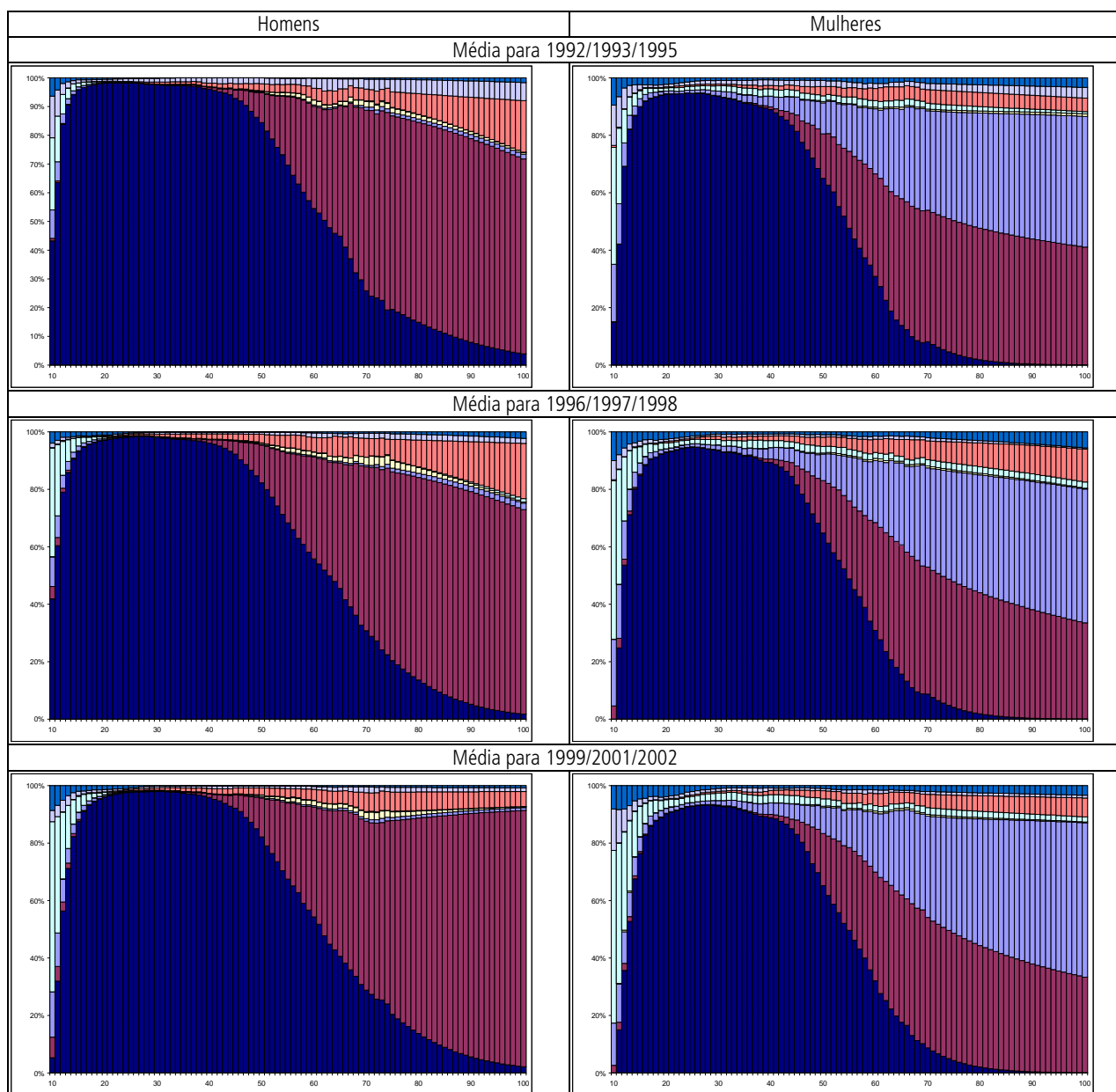
TABELA 2  
CÓDIGO DE TONS UTILIZADOS NOS GRÁFICOS 19 A 21

■	doação de não morador
□	juros de caderneta de poupança etc
■	aluguel
□	outro tipo pensão
□	outro tipo aposentadoria
■	pensão
■	aposentadoria
■	rendimento de todos os trabalhos

A fonte de renda mais importante para os indivíduos de ambos os sexos em idade ativa é, compreensivamente, o trabalho (ver Gráfico 19). Para as idades avançadas, o trabalho perde importância sendo substituído por aposentadoria no caso do homem e por aposentadoria e pensão no caso da mulher. O aluguel se mostra também uma fonte importante de recursos para os dois sexos, de forma crescente com a idade, considerando para fins de comparação algumas idades selecionadas: 60 e 70 anos. Observamos que para os homens com 60 anos de idade, as rendas de trabalho e de aposentadoria somam cerca de 92% da renda total, caindo para 90% aos 70 anos.

Já para as mulheres aos 60 anos essas rendas correspondem a um pouco menos de 70%, caindo para um pouco mais de 50% aos 70 anos. Se incorporarmos também a pensão, esses dois últimos valores passam a aproximadamente 90% e 85%. Para os homens, a pensão representa menos de 1% da renda nessas idades. A participação da renda de trabalho apresenta um pequeno crescimento ao longo do período considerado para as mulheres jovens.

GRÁFICO 19  
**DECOMPOSIÇÃO DA RENDA INDIVIDUAL SEGUNDO DIFERENTES FONTES POR SEXO, IDADE INDIVIDUAL E PERÍODO DE TEMPO**

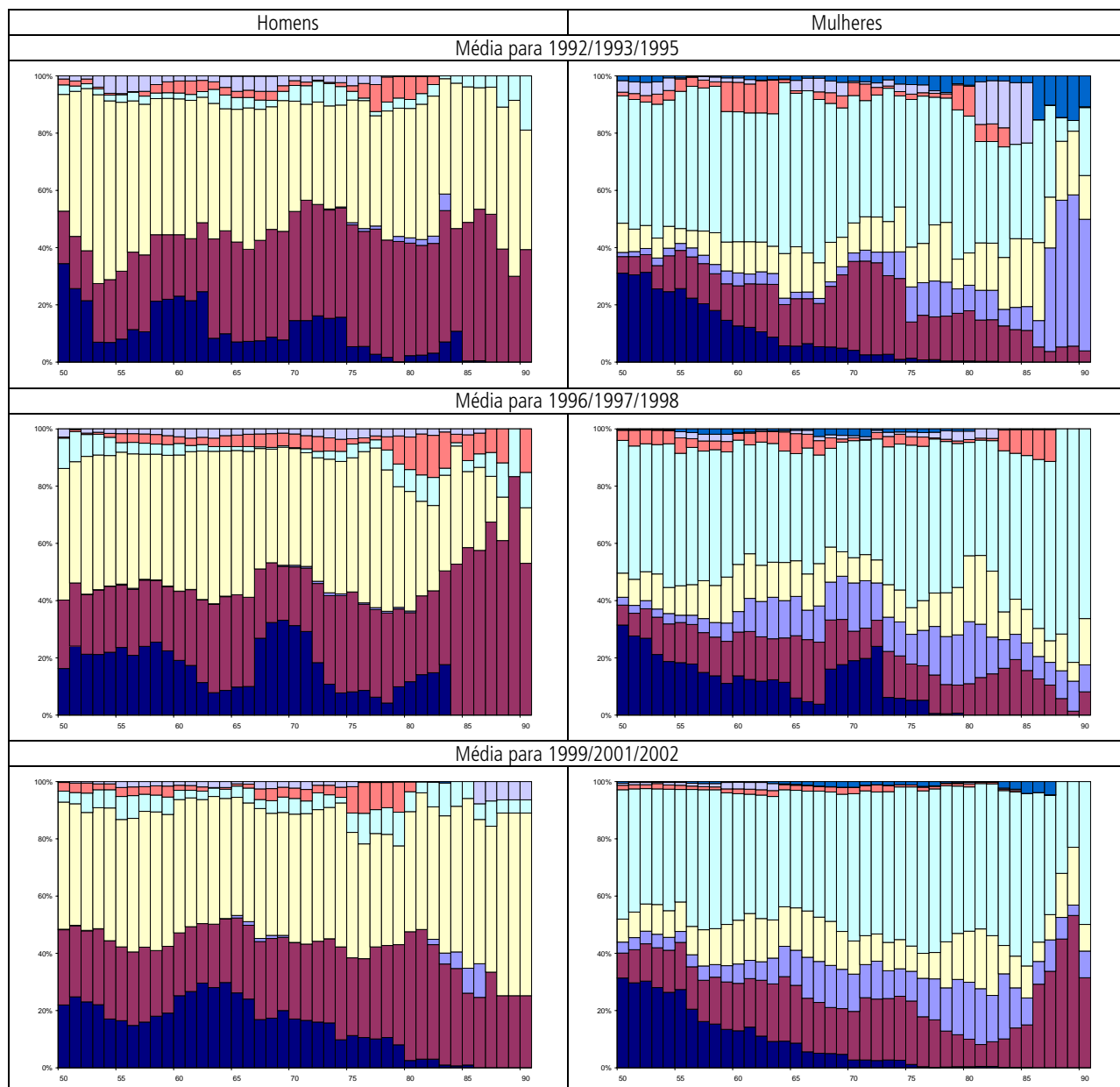


## 2.4 DECOMPOSIÇÃO DOS RENDIMENTOS SEGUNDO AS DIFERENTES FONTES DE RENDA PARA OS INDIVÍDUOS ACIMA DE 50 ANOS RECEBENDO OU NÃO OUTRAS PENSÕES E/OU APOSENTADORIAS

Para melhor diferenciar o impacto da existência de uma aposentadoria complementar na renda individual optamos por apresentar essa distribuição das fontes desagregando

pela existência ou não dessas outras aposentadorias e/ou pensões. O Gráfico 20 apresenta a estatística para a população para a qual essas fontes existem. O Gráfico 21 apresenta as mesmas distribuições para a população que não possui nem renda de outras aposentadorias nem de outras pensões. Cumpre notar que o total da população urbana que declarou ter recebido outras aposentadorias em 2002 na PNAD (valores já expandidos) foi da ordem de 200 mil pessoas, valores baixos considerando-se a população brasileira e que causa uma variância maior de qualquer estatística utilizada, mormente as desagregadas por idade individual, como as do Gráfico 20.

GRÁFICO 20  
**DECOMPOSIÇÃO DA RENDA INDIVIDUAL SEGUNDO DIFERENTES FONTES POR SEXO, IDADE INDIVIDUAL ACIMA DE 50 ANOS E PERÍODO DE TEMPO — INDIVÍDUOS RECEBENDO OUTRAS PENSÕES E/OU APOSENTADORIAS**

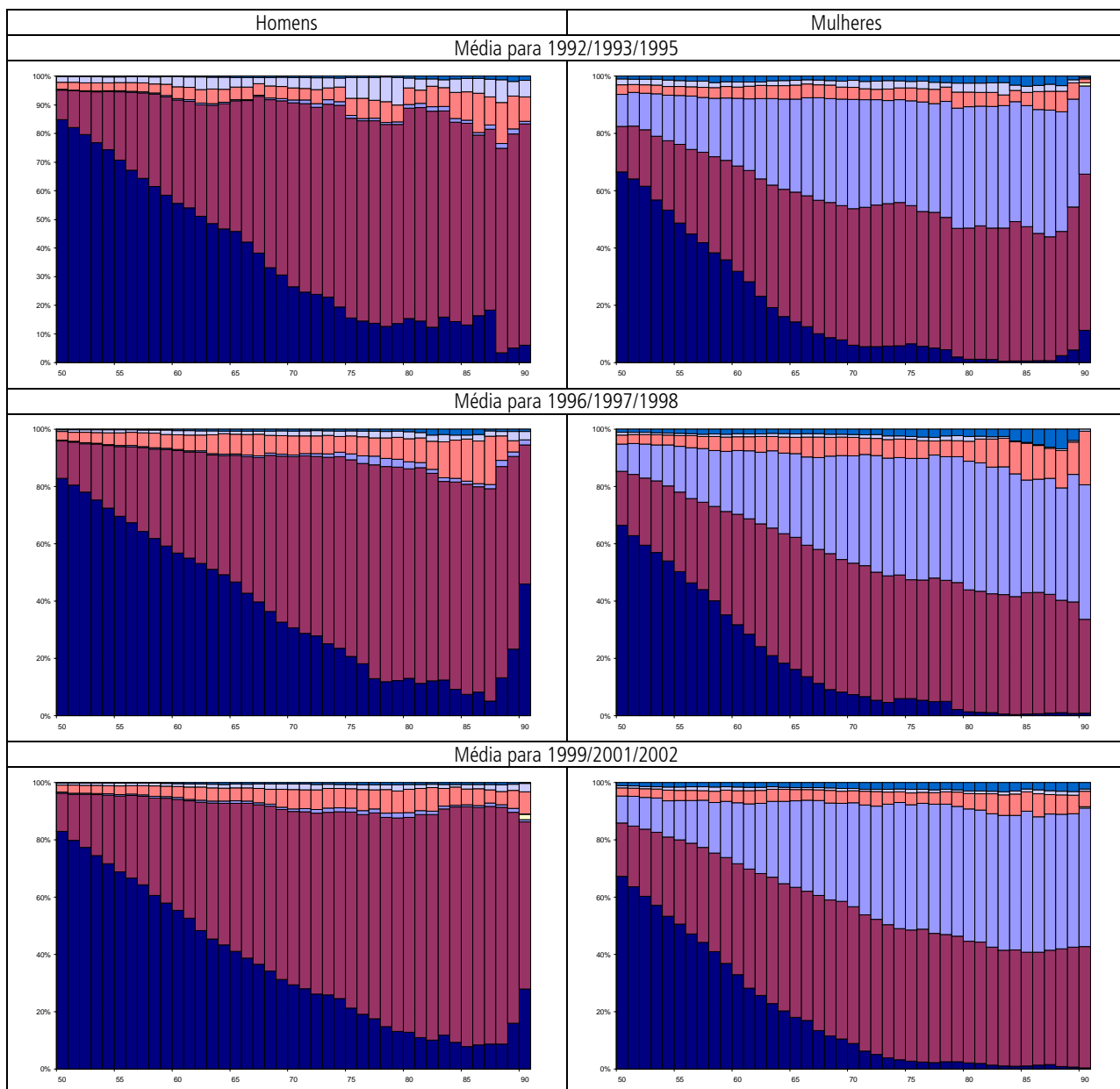


Note-se que para a população masculina que recebe outras aposentadorias e/ou pensões, a soma de trabalho e da aposentadoria básica não chega a constituir nem 50% do rendimento total. Para a população feminina, mesmo agregando a essas duas



fontes a pensão básica, essa proporção é ainda menor. Para a população que não tem como fonte de ingresso nem outras aposentadorias nem outras pensões, as fontes de trabalho e benefícios básicos (aposentadorias e/ou pensões) chegam a constituir mais de 90% do ingresso individual. Por outro lado a renda de aluguel tem maior importância para essa população, indicando ser uma alternativa para a equalização de ingressos ao longo do ciclo de vida.

GRÁFICO 21  
**DECOMPOSIÇÃO DA RENDA INDIVIDUAL SEGUNDO DIFERENTES FONTES POR SEXO, IDADE INDIVIDUAL ACIMA DE 50 ANOS E PERÍODO DE TEMPO — INDIVÍDUOS NÃO RECEBENDO NEM OUTRAS PENSÕES NEM OUTRAS APOSENTADORIAS**



### 3 DESAGREGAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA POR SEXO, GRUPOS DE IDADE, ESCOLARIDADE DO CHEFE DE DOMICÍLIO E COMBINAÇÃO DE FONTES DE RENDA

Freqüentemente, indivíduos contam com mais de uma fonte de renda para compor o seu ingresso. Na verdade, a idéia de uma previdência complementar tem por base essa composição, já que se supõe que a previdência básica não seria suficiente para a manutenção de um determinado padrão de consumo. Para mostrar o efeito da composição de fontes alternativas, optamos por classificar a população segundo diferentes combinações. As combinações mais freqüentemente encontradas na população brasileira no período em análise estão listadas na Tabela 3. As fontes alternativas que compõem essas combinações são as mesmas consideradas na Seção 2. As composições, porém, foram definidas de forma mutuamente exclusiva. O primeiro grupo etário, indivíduos abaixo de 15 anos, não será considerado nessa análise, já que dado o seu posicionamento no ciclo de vida, a situação sem renda é a preponderante entre eles, açambarcando mais de 90% do grupo. A utilização da previdência complementar ou de outras estratégias alternativas para garantir uma renda mais uniformemente distribuída ao longo do ciclo de vida tem um forte diferencial socioeconômico. Para mostrar tais diferenciais, optamos por uma desagregação em termos de escolaridade, classificamos a população em três grandes grupos: indivíduos em domicílios cujo chefe tem escolaridade abaixo de 7 anos de estudo, indivíduos em domicílios cujo chefe tem escolaridade entre 7 e 14 anos de estudo e, finalmente, aqueles cujo chefe de domicílio tem escolaridade acima de 15 anos de estudo. Apresenta-se uma análise da população urbana acima de 15 anos desagregada por escolaridade, sexo e grandes grupos etários, segundo cada uma das combinações de fontes de renda.

TABELA 3  
DEFINIÇÃO DOS CÓDIGOS E TONS UTILIZADOS PARA AS DIFERENTES FONTES DE RENDA PARA OS GRÁFICOS 22 A 25

0	■	Sem renda
1	■	Renda de trabalho
10	□	Renda de aposentadoria ou pensão
11	□	Renda de trabalho e aposentadoria ou pensão
100	■	Renda de outras aposentadorias ou pensões
110	■	Renda de aposentadoria ou pensão e de outras aposentadorias ou pensões
1001	■	Renda de trabalho e aluguel
1010	■	Renda de aposentadoria ou pensão, e de aluguel
10000	□	Renda de doação recebida de não-morador
100000	■	Renda de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos
100001	■	Renda de trabalho, juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos
100010	□	Renda de aposentadoria ou pensão, de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos
Demais	■	Demais classes

Um conjunto de gráficos com o número de indivíduos recebendo segundo cada uma dessas composições listadas e classificado segundo grupos de idade e escolaridade do chefe do domicílio é apresentado na primeira subseção para subsidiar a análise (ver Gráficos 22 a 25). Para cada grupo etário, as colunas da esquerda dos gráficos apresentam a informação das diferentes combinações de fontes de renda para a população masculina, as da direita para a população feminina. Na primeira linha de cada gráfico estão os dados correspondentes à escolaridade do chefe abaixo de 7 anos de estudo, na segunda linha, os correspondentes à escolaridade entre 7 e 14 anos de estudo e, na terceira linha, com escolaridade acima de 15 anos de estudo. Cada coluna do gráfico corresponde a um triênio do período 1992-2002 considerado. Os códigos utilizados nos gráficos se encontram na Tabela 3.

GRÁFICO 22  
**POPULAÇÃO SEGUNDO ESCOLARIDADE DO CHEFE DE DOMICÍLIO E COMBINAÇÃO DE FONTES DE RENDA:  
 VALORES ABSOLUTOS — GRUPO ETÁRIO ENTRE 15 E 59 ANOS**

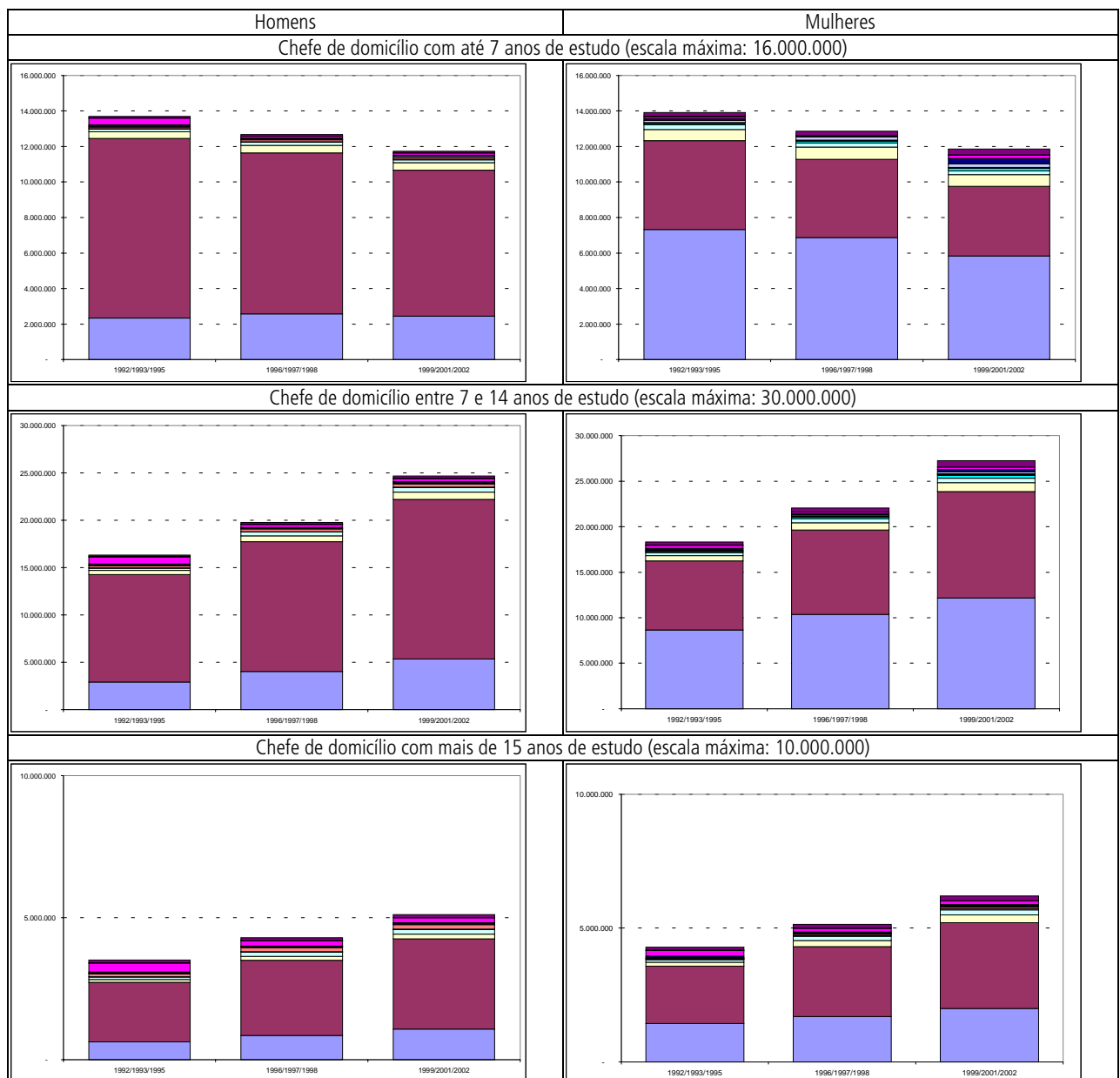
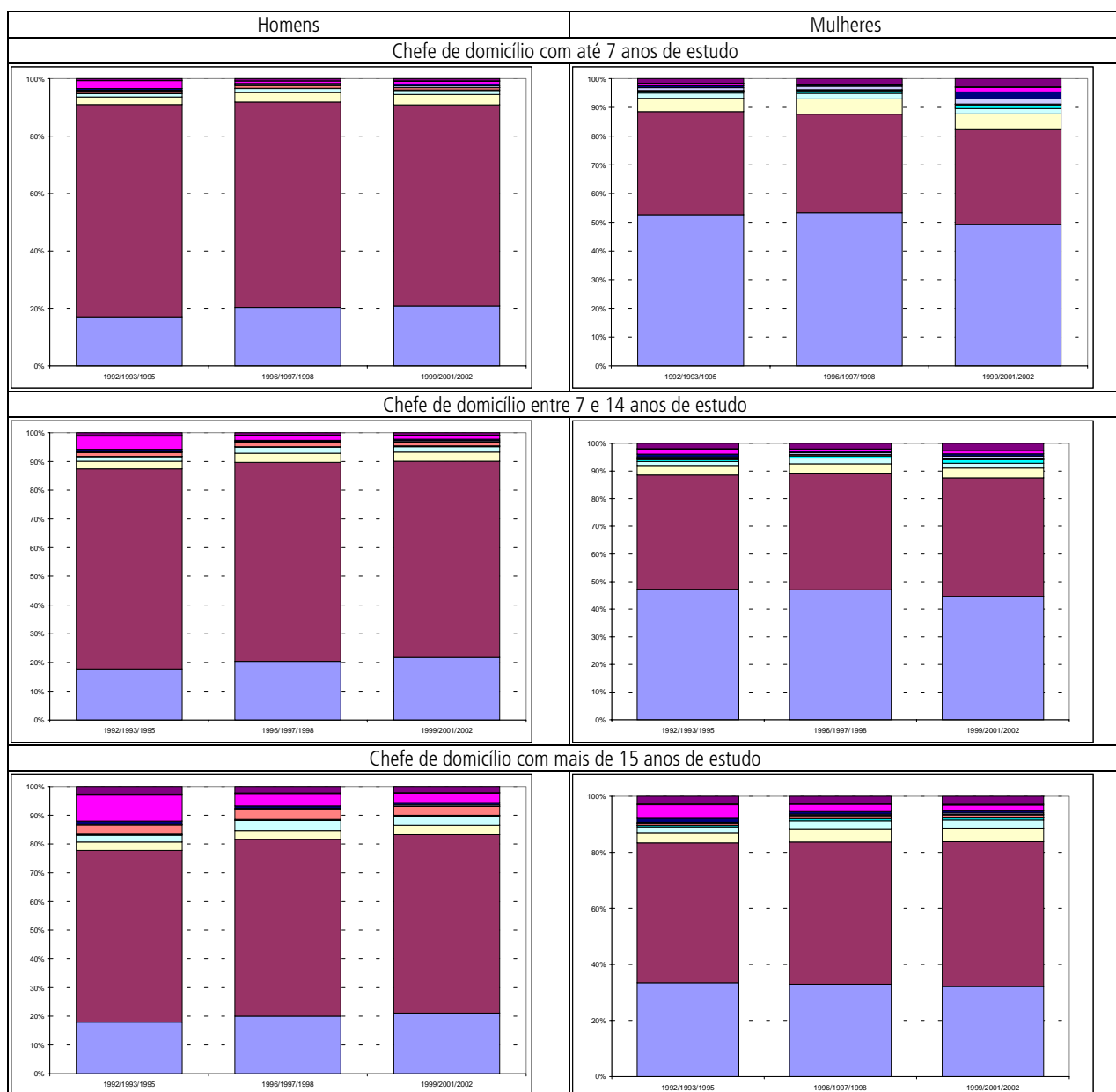


GRÁFICO 23  
**POPULAÇÃO SEGUNDO ESCOLARIDADE DO CHEFE DE DOMICÍLIO E FONTES DE RENDA: VALORES RELATIVOS —  
 GRUPO ETÁRIO ENTRE 15 E 59 ANOS**

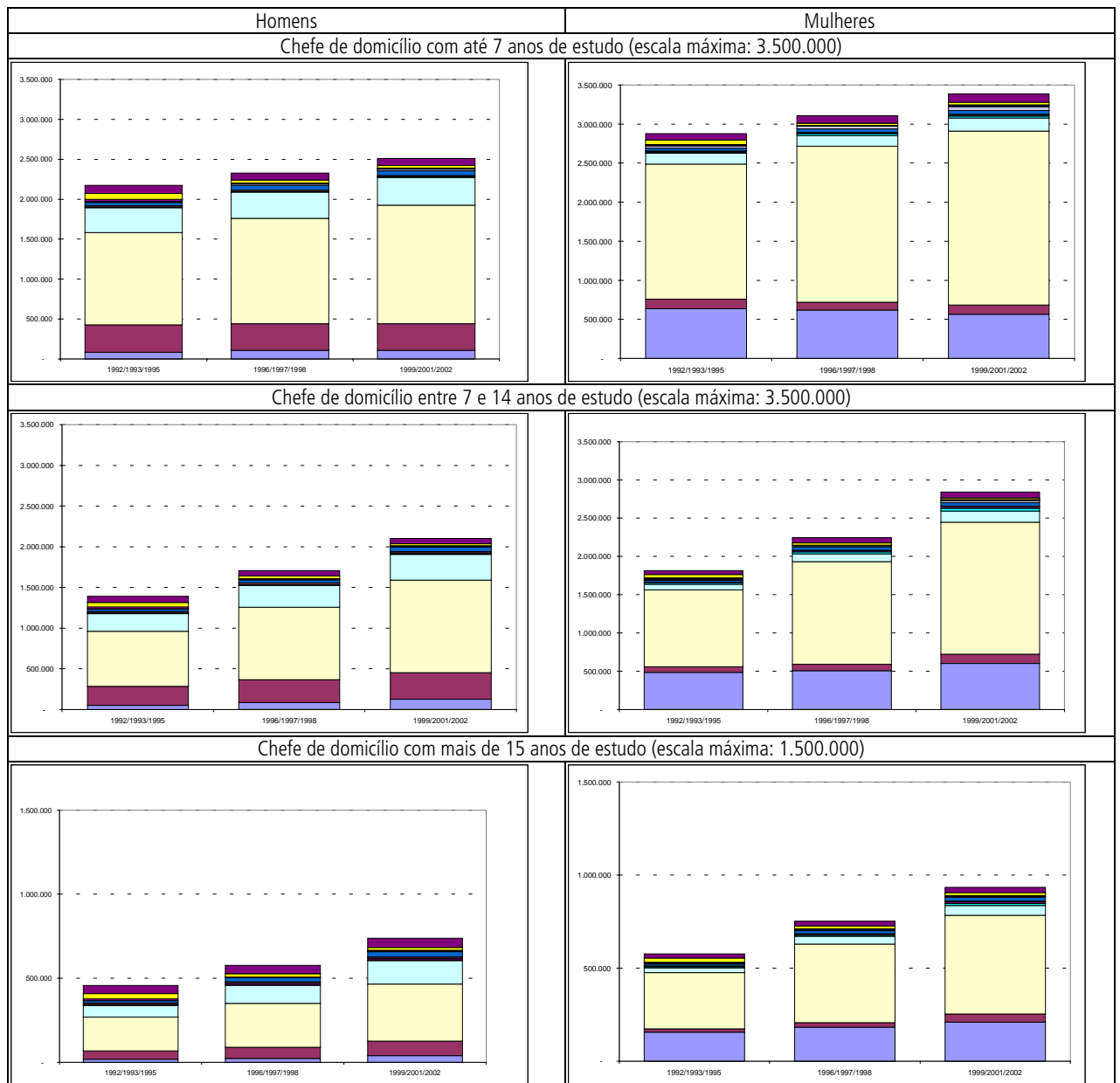


Para todas as combinações de grupo etário e escolaridade do chefe de domicílio, as mulheres sem renda (código 0) são sempre em maior número que os homens sem renda, para todos os triênios (ver Gráfico 22 para a população em idade ativa e Gráfico 24 para a população idosa). Por outro lado, o número de homens apenas com rendimento de trabalho (código 1) supera o número correspondente de mulheres, mas a diferença entre os dois sexos diminui com a escolaridade do chefe de domicílio.

Para a população em idade ativa, há uma queda do contingente de homens e mulheres em domicílios com menor escolaridade do chefe ao longo dos triênios, ocorrendo um aumento nos grupos com maior escolaridade, refletindo o aumento na escolaridade da população como um todo. Esses dois grupos, os sem renda e os com

apenas rendimento de trabalho constituem a maioria para homens e mulheres em idade ativa, as demais combinações sendo relativamente pequenas.

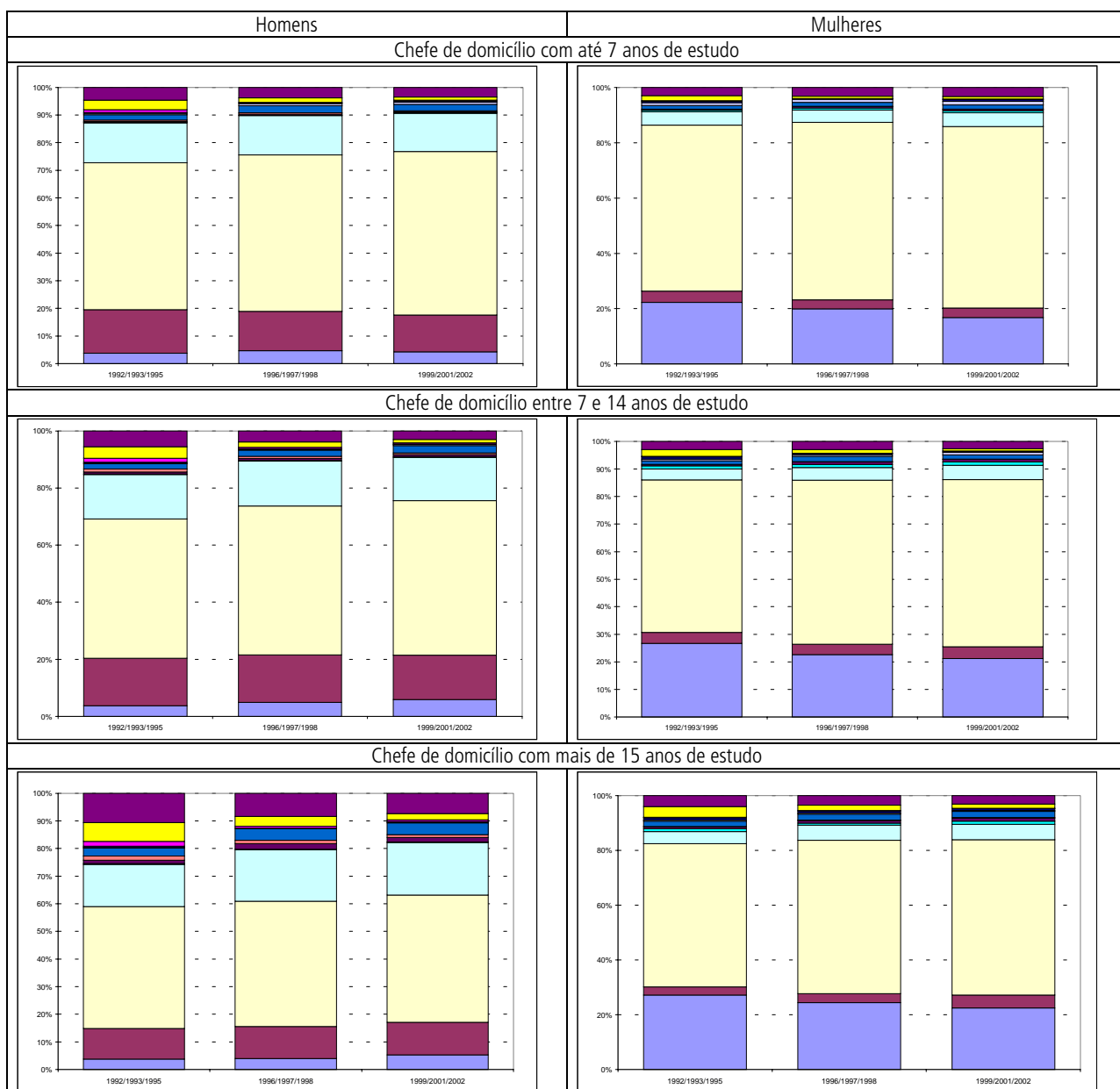
GRÁFICO 24  
**POPULAÇÃO SEGUNDO ESCOLARIDADE DO CHEFE DE DOMICÍLIO E COMBINAÇÃO DE FONTES DE RENDA:  
 VALORES ABSOLUTOS — GRUPO ETÁRIO ACIMA DE 60 ANOS**



Considerando-se a distribuição relativa dessas combinações de fontes de renda para a população em idade ativa (ver Gráfico 23), o que vemos é que homens e mulheres apresentam em alguns casos comportamentos coincidentes e, em outros, tendências opostas. Por exemplo, a população sem renda diminui sua importância entre as mulheres e aumenta entre os homens. A população de aposentados aumenta no tempo para ambos os sexos e os vivendo de renda de trabalho e de rendimentos de capital decresce também para ambos os sexos. Cumpre notar que essa população

representa uma fração crescente com a escolaridade, tanto para homens quanto para mulheres.

GRÁFICO 25  
**POPULAÇÃO SEGUNDO ESCOLARIDADE DO CHEFE DE DOMICÍLIO E COMBINAÇÃO DE FONTES DE RENDA:  
 VALORES RELATIVOS — GRUPO ETÁRIO ACIMA DE 60 ANOS**



Para a população mais idosa (ver Gráfico 24), há uma mudança: entre os homens, o grupo sem renda é pequeno enquanto o grupo mais populoso é aquele formado por indivíduos só com rendimento de aposentadoria. Os só com rendimento de trabalho e os com rendimento de trabalho e aposentadoria apresentam contingentes de tamanho semelhante. Entre as mulheres, o contingente daquelas sem renda própria é o segundo maior, abaixo somente daquelas só com rendimento de aposentadoria. O contingente feminino só com rendimento de trabalho ou com rendimento de trabalho e aposentadoria é inferior ao masculino.

Quando consideramos a distribuição relativa das diferentes combinações de fontes de renda (ver Gráfico 25) dos idosos nota-se um crescimento do contingente de indivíduos cujo único ingresso é a aposentadoria oficial. Os sem renda aumentam sua participação entre os homens e diminuem entre as mulheres idosas. Entre os de mais escolaridade, nota-se também um aumento daqueles recebendo somente renda de trabalho e da combinação de trabalho e aposentadoria. Com o aumento da escolaridade o grupo de aposentados trabalhando cresce, bem como todos os outros grupos com combinações de mais fontes de renda.

#### 4 DESAGREGAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA ACIMA DE 60 ANOS POR SEXO, ESCOLARIDADE DO CHEFE DE DOMICÍLIO E COMBINAÇÃO DE FONTES DE RENDA

Para se mensurar o bem-estar de cada grupo de indivíduos com determinada combinação de fontes de renda, apresentamos nesta seção os valores médios auferidos pelo grupo. A Tabela 4 apresenta os códigos.

TABELA 4  
CÓDIGO DE SÍMBOLOS PARA OS GRÁFICOS 26 A 29

Código	Cor e símbolo	Descrição
1	■	Renda de trabalho
10	▲	Renda de aposentadoria ou pensão
11	✕	Renda de trabalho e aposentadoria ou pensão
100	✱	Renda de outras aposentadorias ou pensões
110	■▲	Renda de aposentadoria ou pensão e de outras aposentadorias ou pensões
111	■✕	Renda de trabalho, de aposentadoria ou pensão e de outras aposentadorias ou pensões
1001	■—	Renda de trabalho e aluguel
1010	▲—	Renda de aposentadoria ou pensão, e de aluguel
1110	▲✕	Renda de aposentadoria ou pensão, de outras aposentadorias ou pensões e de aluguel
10000	■□	Renda de doação recebida de não-morador
100000	▲□	Renda de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos
100001	■✕	Renda de trabalho, juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos
100010	■✱	Renda de aposentadoria ou pensão, de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos
100100	■▲	Renda de outras aposentadorias ou pensões e de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos
100110	■—	Renda de aposentadorias, de outras aposentadorias ou pensões e de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos
100111	■—	Renda de trabalho, de aposentadorias e de outras aposentadorias ou pensões e de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos
Demais	—	Demais classes
Total	◆	Todas as classes

Considerando-se a população de 60 anos e mais desagregada só por sexo, o que vemos é que, independentemente do sexo, a população com menor renda é aquela com somente renda de doações de não-moradores e de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos. Por outro lado, a população com maior renda é aquela que combina renda de trabalho, de aposentadoria ou pensão e de outras aposentadorias ou pensões. Para os homens a renda média dos idosos é semelhante à renda dos que têm o trabalho como única

fonte. A renda média das mulheres idosas, por outro lado, é semelhante à das que recebem unicamente aposentadoria.

Considerando-se somente as combinações de trabalho, aposentadoria e aposentadoria complementar, a ordenação dos grupos de ambos os sexos segundo o valor crescente da renda média é: aposentados (10); trabalhadores (1); aposentados trabalhando (11); aposentados com complementação (110); e aposentados com complementação ainda trabalhando (111). Para homens e mulheres, o acréscimo médio no período pela renda de trabalho para aqueles que já tinham a aposentadoria ou a combinação de aposentadoria e aposentadoria complementar foi da ordem de 140%. Por outro lado, para aqueles com renda de aposentadoria ou aposentadoria e trabalho, o acréscimo médio na renda devido a uma aposentadoria complementar foi da ordem de 300% para homens e de 260% para as mulheres. Cumpre notar que existe aí um efeito de multicolinearidade, já que se espera que aqueles com direito a uma aposentadoria complementar tenham direito a um melhor valor de aposentadoria oficial. Esses indivíduos, porém, estão longe do teto previdenciário, já que a renda média dessas duas fontes para as mulheres está abaixo do teto previdenciário. Aqui fica evidenciado mais uma vez o hiato de gênero: mesmo controlado pelas diferentes combinações de fontes de renda, os valores médios da população feminina são inferiores aos da população masculina.

Desagregando-se as informações de valores médios apresentados no Gráfico 26 por escolaridade do chefe podemos ver que o impacto já descrito se diferencia por nível de escolaridade. O Gráfico 27 apresenta a informação para a população com chefe de domicílio com escolaridade de até 7 anos de estudo. Os valores médios mais baixos para homens e mulheres são aqueles provenientes das populações recebendo unicamente doações de não-moradores e renda de poupança, investimentos etc. Para os homens a renda de doações é a mais baixa de todas e para as mulheres está em segundo lugar. A ordenação das rendas de trabalho, aposentadoria e aposentadoria complementar para os homens nos domicílios com chefe com menos de 7 anos de estudo é igual à da população masculina sem desagregação por escolaridade. Para as mulheres, há, porém, uma inversão da posição de aposentados (10) e trabalhadores (1).

GRÁFICO 26  
VALOR MÉDIO DO INGRESSO SEGUNDO DIFERENTES COMBINAÇÕES DE FONTES DE RENDA (EM SMs) — GRUPO ETÁRIO ACIMA DE 60 ANOS

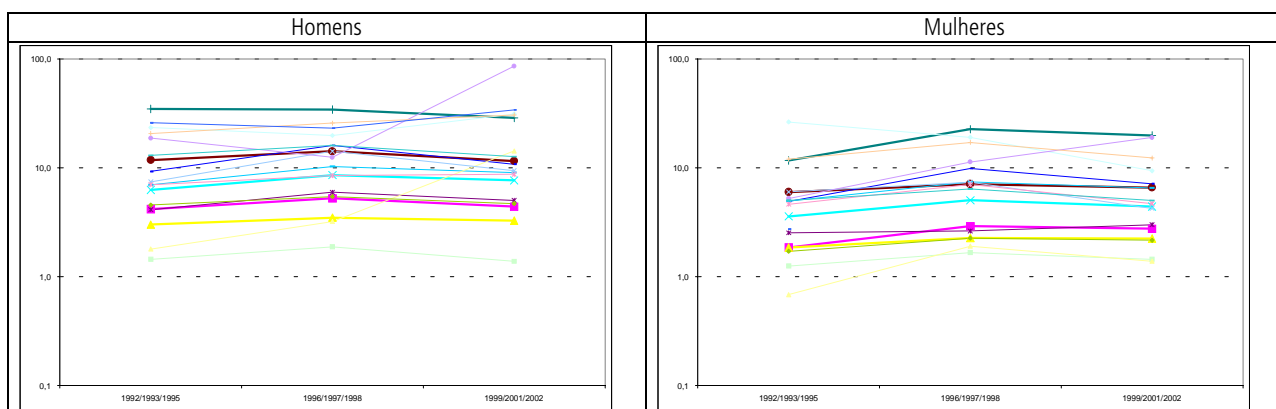
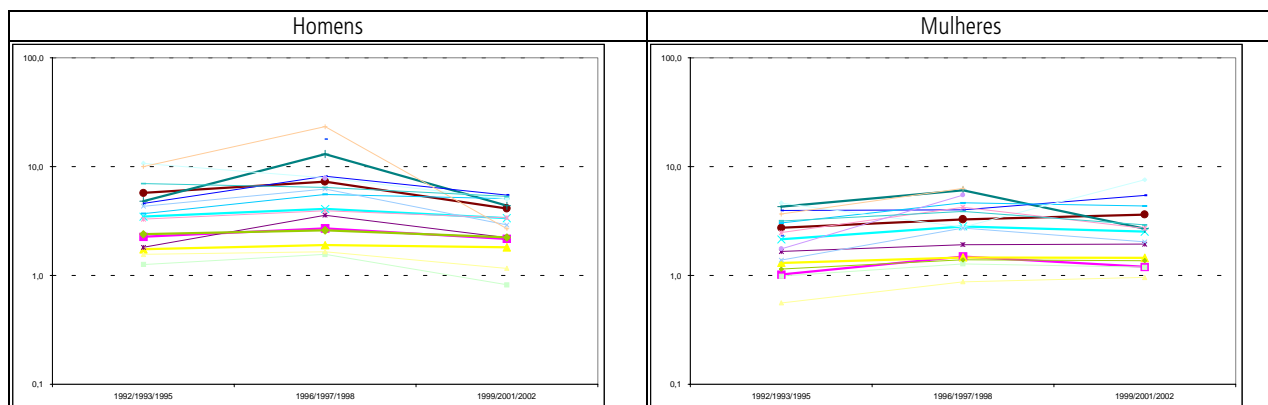




GRÁFICO 27  
**VALOR MÉDIO DO INGRESSO SEGUNDO DIFERENTES COMBINAÇÕES DE FONTES DE RENDA (EM SMs): CHEFE DE DOMICÍLIO COM ESCOLARIDADE DE ATÉ 7 ANOS DE ESTUDO — GRUPO ETÁRIO ACIMA DE 60 ANOS**



Para homens e mulheres, o acréscimo médio no período pela renda de trabalho para aqueles que já tinham a aposentadoria ou a combinação de aposentadoria e aposentadoria complementar foi da ordem de 60%, bem menor do que o efeito obtido quando foram considerados todos os grupos de escolaridade. Para aqueles com renda de aposentadoria ou aposentadoria e trabalho, o acréscimo médio na renda devido a uma aposentadoria complementar foi também menor (quando comparado com os dados sem desagregação por escolaridade), respectivamente da ordem de 160% e 100% para homens e mulheres. Esses números confirmam o comentário sobre a multicolinearidade entre a probabilidade de receber uma aposentadoria complementar e o valor da aposentadoria oficial.

O Gráfico 28 apresenta a informação para a população com chefes de domicílio com escolaridade de 7 a 14 anos de estudo. Para essa população, ambos os sexos apresentam a ordenação das rendas de trabalho, aposentadoria e aposentadoria complementar igual à da população sem desagregação por escolaridade. Para homens e mulheres desse grupo populacional, o acréscimo médio no período pela renda de trabalho para aqueles que já tinham a aposentadoria ou a combinação de aposentadoria e aposentadoria complementar foi da mesma ordem de grandeza que o experienciado pela população em domicílios com chefe até 7 anos de escolaridade, 50%. Para aqueles com renda de aposentadoria ou aposentadoria e trabalho, o acréscimo médio na renda devido a uma aposentadoria complementar foi também da mesma ordem de grandeza que o do grupo de escolaridade imediatamente inferior, respectivamente, da ordem de 130% e 150% para homens e mulheres.

A informação correspondente para a população com chefes de domicílio com escolaridade de 15 ou mais anos de estudo encontra-se no Gráfico 29. Para ambos os sexos, essa população apresenta uma troca de posições na ordenação das rendas de trabalho, aposentadoria e aposentadoria complementar com respeito à ordenação da população sem desagregação por escolaridade de dois grupos: os aposentados trabalhando (11) e os aposentados com complementação (110), indicando que nesse nível de escolaridade a renda de trabalho é, em média, maior do que a previdência complementar. O acréscimo médio no período pela renda de trabalho para aqueles que já tinham a aposentadoria ou a combinação de aposentadoria e aposentadoria complementar foi bem maior do que para os outros grupos de escolaridade e maior ainda para as mulheres: da ordem de 120% para os homens e 200% para as mulheres.

O acréscimo médio na renda devido a uma aposentadoria complementar para aqueles já com renda de aposentadoria ou aposentadoria e trabalho foi, respectivamente, cerca de 130% e 180% para homens e mulheres, maior mais uma vez para as mulheres.

GRÁFICO 28  
VALOR MÉDIO DO INGRESSO SEGUNDO DIFERENTES COMBINAÇÕES DE FONTES DE RENDA (EM SMs): CHEFE DE DOMICÍLIO COM ESCOLARIDADE DE 7 A 14 ANOS DE ESTUDO — GRUPO ETÁRIO ACIMA DE 60 ANOS

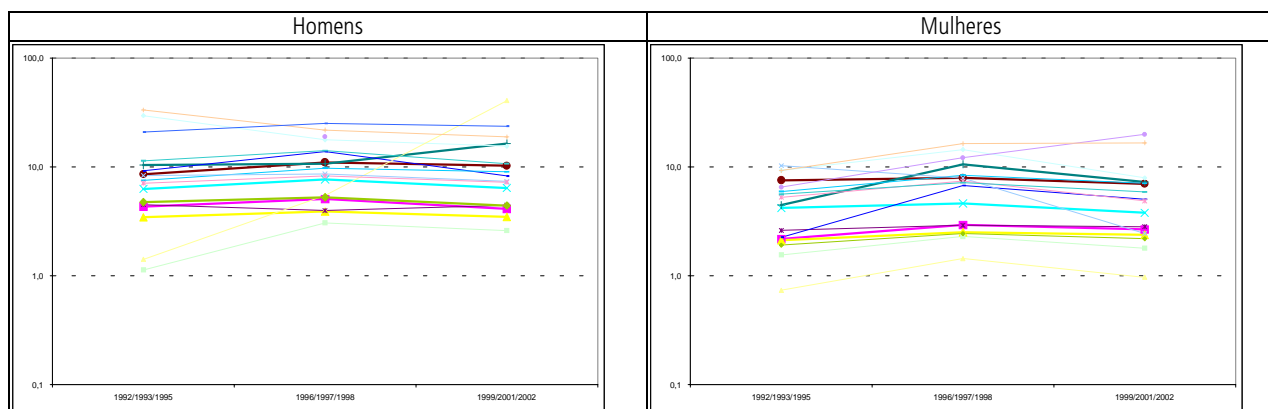
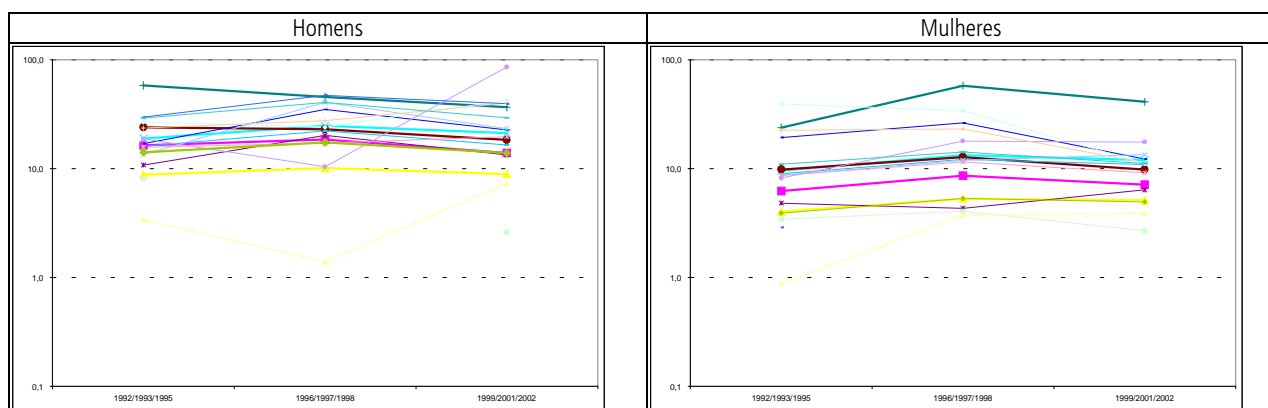


GRÁFICO 29  
VALOR MÉDIO DO INGRESSO SEGUNDO DIFERENTES COMBINAÇÕES DE FONTES DE RENDA (EM SMs): CHEFE DE DOMICÍLIO COM ESCOLARIDADE DE 15 OU MAIS ANOS DE ESTUDO — GRUPO ETÁRIO ACIMA DE 60 ANOS



## 5 COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES

Este trabalho mostra as fontes de renda ao longo do ciclo de vida. Em particular, quando se focaliza na população mais idosa, mostra o resultado das diferentes estratégias utilizadas (ou não) pelos indivíduos para equalizar a renda ao longo do ciclo de vida. Nas primeiras idades, indivíduos até então sem renda entram no mercado de trabalho e este se constitui a principal fonte de renda. Com o aumento da idade, a essa fonte são agregadas outras alternativas. Algumas alternativas são específicas do período pós-laboral, ou do período de transição entre o laboral e o pós-laboral, como as aposentadorias e as aposentadorias complementares. Outras são estratégias utilizadas como investimentos em imóveis e em ativos monetários. Note-se que, entre as alternativas, as mais eficientes parecem ser a acumulação com o trabalho ou a existência de uma previdência complementar.

Para os indivíduos do grupo de mais baixa escolaridade (menos de 7 anos de estudo), o acréscimo médio pela renda de trabalho foi da ordem de 60%. Por outro

lado, o acréscimo médio na renda devido a uma aposentadoria complementar foi, respectivamente, da ordem de 160% e 100% para homens e mulheres. Para os indivíduos do grupo de escolaridade intermediária (7 a 14 anos), o acréscimo médio no período pela renda de trabalho foi ligeiramente menor, em torno de 50%. O acréscimo médio na renda devido a uma aposentadoria complementar foi da mesma ordem de grandeza que o do grupo de menos de 7 anos de estudo, respectivamente, da ordem de 130% e 150% para homens e mulheres. Já para o grupo de maior escolaridade (15 anos ou mais), o acréscimo pela renda de trabalho foi o de maior impacto entre os grupos de estudo: da ordem de 120% para os homens e 200% para as mulheres. O acréscimo devido a uma aposentadoria complementar, por outro lado, foi, respectivamente, cerca de 130% e 180% para homens e mulheres.

Um estudo mais completo deveria incluir também o investimento prévio para auferir tais rendas, tanto em capital cultural ligados aos anos de estudo, quanto em imóveis, ativos monetários e contribuições previdenciárias no sistema básico e complementar. As PNADs, nossas fontes de dados, infelizmente não incluem tais informações. Na verdade as PNADs mais recentes incluem a pergunta se participa ou não de uma previdência complementar mas não diferencia as abertas das fechadas e nem quantifica valores. Uma possibilidade seria o uso das Pesquisas de Orçamento Familiar (POFs), também realizadas pelo IBGE. Essas vertentes serão objeto de estudos futuros.

## **ANEXO A**

### **DESCRIÇÃO DAS FONTES DE RENDA UTILIZADAS NO ESTUDO**

As fontes de renda consideradas neste estudo foram definidas de acordo com a prática do IBGE (em itálico):

- trabalho — considera-se como rendimento mensal de trabalho: *a) para os empregados e trabalhadores domésticos — a remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de coleta de informações, setembro; e b) para os empregadores e conta-própria — a retirada mensal ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente de coleta de informações, setembro. Os empregados e trabalhadores domésticos que recebem apenas alimentação, roupas, medicamentos etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho são incluídos no grupo “sem rendimento de trabalho”;*

- aposentadoria oficial — classifica-se como aposentada *a pessoa que, na semana de referência, era jubilada, reformada ou aposentada pelo Plano de Seguridade Social da União ou por instituto de previdência social federal (INSS), estadual ou municipal, inclusive Funrural;*

- pensão oficial — classifica-se como pensionista *a pessoa que, na semana de referência, recebia pensão das Forças Armadas, do Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência social federal (INSS), estadual ou municipal, inclusive Funrural, deixada por pessoa da qual era beneficiária;*

■ outros tipos de aposentadoria — *aposentadorias complementares: complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão;*

■ outros tipos de pensão — *pensão paga por caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão; pensão alimentícia;*

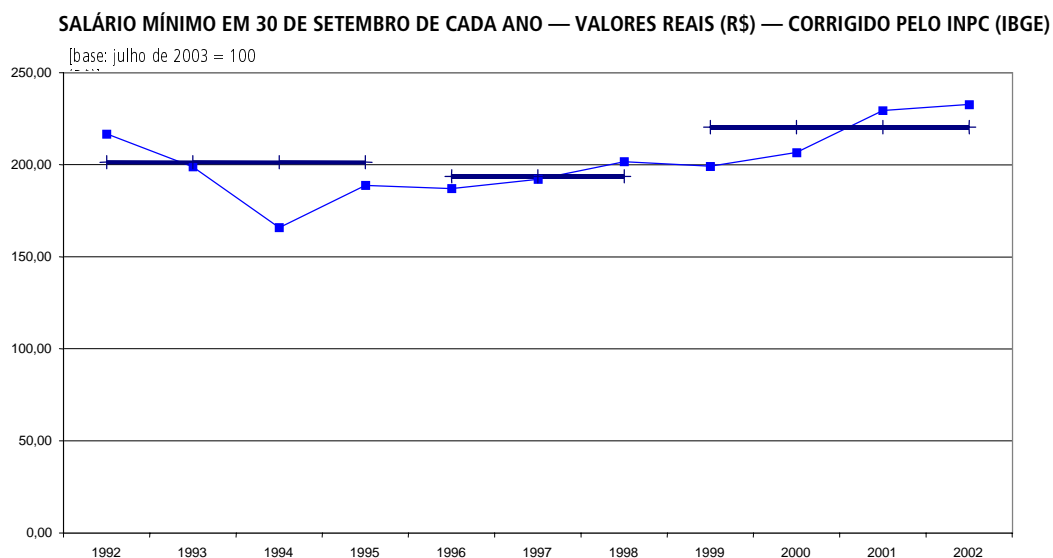
■ aplicações financeiras — *o rendimento médio mensal, em setembro, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); outros rendimentos;*

■ aluguéis; e

doações de não-moradores — *doação ou mesada (proveniente de pessoa não-moradora na unidade domiciliar).*

## ANEXO B

### SALÁRIO MÍNIMO REAL (DEFLACIONADO PELO INPC — IBGE) — 1992-2002



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

## ANEXO C

### FRAÇÕES AMOSTRAIS UTILIZADAS NAS PNADS

TABELA C 1  
**FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM, NÚMERO DE MUNICÍPIOS, NÚMERO DE SETORES SELECIONADOS E NÚMERO DE UNIDADES DOMICILIARES INVESTIGADAS, SEGUNDO AS REGIÕES E REGIÕES METROPOLITANAS — 1992**

Unidades da federação e regiões metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostragem			
		Municípios	Sectores	Unidades domiciliares	Pessoas
Rondônia	1/300	11	59	596	2.117
Acre	1/300	3	19	230	812
Amazonas	1/300	13	104	1.092	4.209
Roraima	1/300	3	13	136	457
Pará	1/350	32	244	2.642	10.766
(Belém)	1/150	2	118	1.554	6.041
Amapá	1/300	3	16	166	775
Tocantins	1/300	10	57	842	3.136
Maranhão	1/750	20	110	1.504	6.197
Piauí	1/500	16	95	1.237	5.356
Ceará	1/500	35	383	5.073	18.949
(Fortaleza)	1/200	7	241	3.008	11.327
Rio Grande do Norte	1/500	14	90	1.250	4.802
Paraíba	1/500	18	113	1.644	6.091
Pernambuco	1/500	39	461	6.204	21.680
(Recife)	1/200	11	314	3.887	13.501
Alagoas	1/500	14	93	1.242	4.659
Sergipe	1/300	13	85	1.433	4.706
Bahia	1/500	68	552	8.236	27.159
(Salvador)	1/200	8	239	3.570	11.098
Minas Gerais	1/500	101	710	10.824	36.953
(Belo Horizonte)	1/250	16	257	3.836	13.807
Espírito Santo	1/500	16	107	1.615	5.304
Rio de Janeiro	1/500	37	586	8.895	25.933
(Rio de Janeiro)	1/500	12	422	6.214	17.795
São Paulo	1/750	106	857	12.943	40.488
(São Paulo)	1/750	29	415	6.058	19.772
Paraná	1/550	55	424	5.754	19.645
(Curitiba)	1/250	11	180	2.453	8.255
Santa Catarina	1/550	30	170	2.429	8.176
Rio Grande do Sul	1/550	64	638	8.325	25.773
(Porto Alegre)	1/200	20	396	4.865	14.718
Mato Grosso do Sul	1/300	16	116	1.764	5.762
Mato Grosso	1/300	21	136	1.915	6.442
Goiás	1/300	34	263	4.015	13.045
Distrito Federal	1/200	1	177	2.165	7.963
Brasil		793	6.678	94.171	317.355

Obs.: Regiões metropolitanas entre parênteses.

TABELA C 2

**FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM, NÚMERO DE MUNICÍPIOS, NÚMERO DE SETORES SELECIONADOS E NÚMERO DE UNIDADES DOMICILIARES INVESTIGADAS, SEGUNDO AS REGIÕES E REGIÕES METROPOLITANAS — 1993**

Unidades da federação e regiões metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostragem			
		Municípios	Sectores	Unidades domiciliares	Pessoas
Rondônia	1/300	11	59	606	2.184
Acre	1/300	3	19	238	843
Amazonas	1/300	13	104	1.164	4.801
Roraima	1/300	3	13	142	491
Pará	1/350	32	244	2.710	11.231
(Belém)	1/150	2	118	1.574	6.157
Amapá	1/300	3	16	174	765
Tocantins	1/300	10	57	929	3.292
Maranhão	1/750	20	110	1.544	6.288
Piauí	1/500	16	95	1.286	4.913
Ceará	1/500	35	383	5.257	18.717
(Fortaleza)	1/200	7	241	3.146	11.190
Rio Grande do Norte	1/500	14	90	1.295	4.947
Paraíba	1/500	18	113	1.695	6.114
Pernambuco	1/500	39	461	6.324	22.487
(Recife)	1/200	11	314	3.947	14.579
Alagoas	1/500	14	93	1.245	4.588
Sergipe	1/300	13	85	1.433	4.637
Bahia	1/500	68	552	8.423	28.915
(Salvador)	1/200	8	239	3.648	11.739
Minas Gerais	1/500	101	710	11.203	37.500
(Belo Horizonte)	1/250	16	257	4.010	14.184
Espírito Santo	1/500	16	107	1.684	5.421
Rio de Janeiro	1/500	37	586	9.086	26.013
(Rio de Janeiro)	1/500	12	422	6.323	17.733
São Paulo	1/750	106	857	13.245	41.375
(São Paulo)	1/750	29	415	6.194	20.000
Paraná	1/550	55	424	5.921	19.525
(Curitiba)	1/250	11	180	2.531	8.246
Santa Catarina	1/550	30	170	2.492	8.058
Rio Grande do Sul	1/550	64	638	8.536	26.007
(Porto Alegre)	1/200	20	396	4.973	15.001
Mato Grosso do Sul	1/300	16	116	1.809	5.667
Mato Grosso	1/300	21	136	1.951	6.390
Goiás	1/300	34	263	4.137	12.790
Distrito Federal	1/200	1	177	2.291	8.246
Brasil		793	6.678	96.820	322.205

Obs.: Regiões metropolitanas entre parênteses

TABELA C 3

**FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM, NÚMERO DE MUNICÍPIOS, NÚMERO DE SETORES SELECIONADOS E NÚMERO DE UNIDADES DOMICILIARES INVESTIGADAS, SEGUNDO AS REGIÕES E REGIÕES METROPOLITANAS — 1995**

Unidades da federação e regiões metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostragem			
		Municípios	Sectores	Unidades domiciliares	Pessoas
Rondônia	1/300	11	59	638	2.160
Acre	1/300	3	19	250	942
Amazonas	1/300	13	104	1.241	5.036
Roraima	1/300	3	13	159	559
Pará	1/350	32	244	2.873	11.483
(Belém)	1/150	2	118	1.656	6.230
Amapá	1/300	3	16	192	850
Tocantins	1/300	10	57	1.060	3.621
Maranhão	1/750	20	110	1.579	6.494
Piauí	1/500	16	95	1.346	5.246
Ceará	1/500	35	383	5.628	20.794
(Fortaleza)	1/200	7	241	3.415	12.587
Rio Grande do Norte	1/500	14	90	1.350	5.144
Paraíba	1/500	18	113	1.812	6.113
Pernambuco	1/500	39	461	6.754	22.644
(Recife)	1/200	11	314	4.249	14.571
Alagoas	1/500	14	93	1.282	4.694
Sergipe	1/300	13	85	1.550	5.117
Bahia	1/500	68	552	9.162	30.035
(Salvador)	1/200	8	239	4.076	13.191
Minas Gerais	1/500	101	710	12.012	39.340
(Belo Horizonte)	1/250	16	257	4.459	15.015
Espírito Santo	1/500	16	107	1.822	5.719
Rio de Janeiro	1/500	37	586	9.403	26.082
(Rio de Janeiro)	1/500	12	422	6.474	17.717
São Paulo	1/750	106	857	13.757	41.681
(São Paulo)	1/750	29	415	6.397	19.856
Paraná	1/550	55	424	6.331	20.576
(Curitiba)	1/250	11	180	2.786	9.034
Santa Catarina	1/550	30	170	2.695	8.489
Rio Grande do Sul	1/550	64	638	8.932	26.278
(Porto Alegre)	1/200	20	396	5.218	15.185
Mato Grosso do Sul	1/300	16	116	1.915	5.961
Mato Grosso	1/300	21	136	2.068	6.734
Goiás	1/300	34	263	4.553	14.179
Distrito Federal	1/200	1	177	2.423	8.292
Brasil		793	6.678	102.787	334.263

Obs.: Regiões metropolitanas entre parênteses.

TABELA C 4

**FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM, NÚMERO DE MUNICÍPIOS, NÚMERO DE SETORES SELECIONADOS E NÚMERO DE UNIDADES DOMICILIARES INVESTIGADAS, SEGUNDO AS REGIÕES E REGIÕES METROPOLITANAS — 1996**

Unidades da federação e regiões metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostragem			
		Municípios	Sectores	Unidades domiciliares	Pessoas
Rondônia	1/300	11	59	651	2.080
Acre	1/300	3	19	259	972
Amazonas	1/300	13	104	1.263	5.174
Roraima	1/300	3	13	163	498
Pará	1/350	32	244	2.946	11.734
(Belém)	1/150	2	118	1.279	6.536
Amapá	1/300	3	16	196	748
Tocantins	1/300	10	57	1.101	3.672
Maranhão	1/750	20	110	1.603	6.272
Piauí	1/500	16	95	1.380	5.142
Ceará	1/500	35	383	5.743	20.155
(Fortaleza)	1/200	7	241	3.485	12.203
Rio Grande do Norte	1/500	14	90	1.374	5.002
Paraíba	1/500	18	113	1.880	6.312
Pernambuco	1/500	39	461	6.857	22.826
(Recife)	1/200	11	314	4.310	14.670
Alagoas	1/500	14	93	1.285	4.779
Sergipe	1/300	13	85	1.594	5.330
Bahia	1/500	68	552	9.344	30.004
(Salvador)	1/200	8	239	4.122	13.161
Minas Gerais	1/500	101	710	12.192	38.666
(Belo Horizonte)	1/250	16	257	4.519	15.113
Espírito Santo	1/500	16	107	1.857	5.573
Rio de Janeiro	1/500	37	586	9.514	27.127
(Rio de Janeiro)	1/500	12	422	6.515	18.310
São Paulo	1/750	106	857	14.144	39.581
(São Paulo)	1/750	29	415	6.566	18.642
Paraná	1/550	55	424	6.524	20.037
(Curitiba)	1/250	11	180	2.931	9.040
Santa Catarina	1/550	30	170	2.758	8.364
Rio Grande do Sul	1/550	64	638	9.130	26.734
(Porto Alegre)	1/200	20	396	5.337	15.595
Mato Grosso do Sul	1/300	16	116	1.968	5.842
Mato Grosso	1/300	21	136	2.095	6.569
Goiás	1/300	34	263	4.738	13.910
Distrito Federal	1/200	1	177	2.500	8.160
Brasil		793	6.678	105.059	331.263

Obs.: Regiões metropolitanas entre parênteses.



TABELA C 5

**FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM, NÚMERO DE MUNICÍPIOS, NÚMERO DE SETORES SELECIONADOS E NÚMERO DE UNIDADES DOMICILIARES INVESTIGADAS, SEGUNDO AS REGIÕES E REGIÕES METROPOLITANAS — 1997**

Unidades da federação e regiões metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostragem			
		Municípios	Setores	Unidades domiciliares	Pessoas
Rondônia	1/300	11	59	679	2.426
Acre	1/300	3	19	287	1.065
Amazonas	1/300	13	104	1.306	5.420
Roraima	1/300	3	13	181	633
Pará	1/350	32	244	3.066	12.105
(Belém)	1/150	2	118	1.728	6.734
Amapá	1/300	3	16	232	1.077
Tocantins	1/300	10	57	1.186	4.173
Maranhão	1/750	20	110	1.659	6.709
Piauí	1/500	16	95	1.398	5.160
Ceará	1/500	35	383	6.029	21.400
(Fortaleza)	1/200	7	241	3.691	12.948
Rio Grande do Norte	1/500	14	90	1.432	5.262
Paraíba	1/500	18	113	1.961	6.603
Pernambuco	1/500	39	461	7.102	23.592
(Recife)	1/200	11	314	4.485	14.837
Alagoas	1/500	14	93	1.313	4.789
Sergipe	1/300	13	85	1.643	5.316
Bahia	1/500	68	552	9.920	31.216
(Salvador)	1/200	8	239	4.331	13.383
Minas Gerais	1/500	101	710	12.697	40.206
(Belo Horizonte)	1/250	16	257	4.748	15.744
Espírito Santo	1/500	16	107	1.907	5.830
Rio de Janeiro	1/500	37	586	9.818	27.329
(Rio de Janeiro)	1/500	12	422	6.708	18.517
São Paulo	1/750	106	857	14.505	42.129
(São Paulo)	1/750	29	415	6.742	20.195
Paraná	1/550	55	424	6.890	20.702
(Curitiba)	1/250	11	180	3.185	9.401
Santa Catarina	1/550	30	170	2.920	8.791
Rio Grande do Sul	1/550	64	638	9.494	27.906
(Porto Alegre)	1/200	20	396	5.561	16.371
Mato Grosso do Sul	1/300	16	116	2.026	6.189
Mato Grosso	1/300	21	136	2.248	6.844
Goiás	1/300	34	263	5.009	14.551
Distrito Federal	1/200	1	177	2.633	8.846
Brasil		793	6.678	109.541	346.269

Obs.: Regiões metropolitanas entre parênteses.

TABELA C 6

**FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM, NÚMERO DE MUNICÍPIOS, NÚMERO DE SETORES SELECIONADOS E NÚMERO DE UNIDADES DOMICILIARES INVESTIGADAS, SEGUNDO AS REGIÕES E REGIÕES METROPOLITANAS — 1998**

Unidades da federação e regiões metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostragem			
		Municípios	Sectores	Unidades domiciliares	Pessoas
Rondônia	1/300	11	59	702	2.284
Acre	1/300	3	19	294	986
Amazonas	1/300	13	104	1.361	4.733
Roraima	1/300	3	13	189	629
Pará	1/350	32	244	3.134	12.112
(Belém)	1/150	2	118	1.760	6.331
Amapá	1/300	3	16	243	1.175
Tocantins	1/300	10	57	1.263	4.147
Maranhão	1/750	20	110	1.712	6.547
Piauí	1/500	16	95	1.452	5.249
Ceará	1/500	35	383	6.219	21.732
(Fortaleza)	1/200	7	241	3.798	13.179
Rio Grande do Norte	1/500	14	90	1.464	5.249
Paraíba	1/500	18	113	2.045	6.636
Pernambuco	1/500	39	461	7.348	24.148
(Recife)	1/200	11	314	4.670	15.564
Alagoas	1/500	14	93	1.329	4.816
Sergipe	1/300	13	85	1.673	5.200
Bahia	1/500	68	552	10.095	31.151
(Salvador)	1/200	8	239	4.417	13.348
Minas Gerais	1/500	101	710	13.048	40.687
(Belo Horizonte)	1/250	16	257	4.895	15.987
Espírito Santo	1/500	16	107	1.978	5.833
Rio de Janeiro	1/500	37	586	9.984	26.212
(Rio de Janeiro)	1/500	12	422	6.815	17.919
São Paulo	1/750	106	857	14.807	41.274
(São Paulo)	1/750	29	415	6.825	19.769
Paraná	1/550	55	424	7.024	20.577
(Curitiba)	1/250	11	180	3.281	9.678
Santa Catarina	1/550	30	170	2.974	8.757
Rio Grande do Sul	1/550	64	638	9.744	28.223
(Porto Alegre)	1/200	20	396	5.717	16.700
Mato Grosso do Sul	1/300	16	116	2.112	6.282
Mato Grosso	1/300	21	136	2.317	6.537
Goiás	1/300	34	263	5.160	14.565
Distrito Federal	1/200	1	177	2.763	9.234
Brasil		793	6.678	112.434	344.975

Obs.: Regiões metropolitanas entre parênteses.

TABELA C 7

**FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM, NÚMERO DE MUNICÍPIOS, NÚMERO DE SETORES SELECIONADOS E NÚMERO DE UNIDADES DOMICILIARES INVESTIGADAS, SEGUNDO AS REGIÕES E REGIÕES METROPOLITANAS — 1999**

Unidades da federação e regiões metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostragem			
		Municípios	Sectores	Unidades domiciliares	Pessoas
Rondônia	1/300	11	59	728	2.369
Acre	1/300	3	19	303	1.088
Amazonas	1/300	13	104	1.359	4.895
Roraima	1/300	3	13	176	640
Pará	1/350	32	244	3.148	11.857
(Belém)	1/150	2	118	1.752	6.318
Amapá	1/300	3	16	257	1.141
Tocantins	1/300	10	57	1.321	4.216
Maranhão	1/750	20	110	1.702	6.595
Piauí	1/500	16	95	1.480	5.360
Ceará	1/500	35	383	6.482	22.124
(Fortaleza)	1/200	7	241	3.985	13.631
Rio Grande do Norte	1/500	14	90	1.515	5.403
Paraíba	1/500	18	113	2.102	6.708
Pernambuco	1/500	39	461	7.761	25.083
(Recife)	1/200	11	314	4.953	16.212
Alagoas	1/500	14	93	1.338	4.818
Sergipe	1/300	13	85	1.739	5.392
Bahia	1/500	68	552	10.506	32.419
(Salvador)	1/200	8	239	4.591	13.910
Minas Gerais	1/500	101	710	13.406	40.929
(Belo Horizonte)	1/250	16	257	5.033	16.013
Espírito Santo	1/500	16	107	2.031	5.840
Rio de Janeiro	1/500	37	586	10.175	26.961
(Rio de Janeiro)	1/500	12	422	6.922	18.620
São Paulo	1/750	106	857	15.096	42.668
(São Paulo)	1/750	29	415	6.971	20.648
Paraná	1/550	55	424	7.181	21.385
(Curitiba)	1/250	11	180	3.365	9.946
Santa Catarina	1/550	30	170	3.071	8.794
Rio Grande do Sul	1/550	64	638	10.020	28.090
(Porto Alegre)	1/200	20	396	5.888	16.395
Mato Grosso do Sul	1/300	16	116	2.137	6.327
Mato Grosso	1/300	21	136	2.387	7.012
Goiás	1/300	34	263	5.294	14.723
Distrito Federal	1/200	1	177	2.939	9.556
Brasil		793	6.678	115.654	352.393

Obs.: Regiões metropolitanas entre parênteses.

TABELA C 8

**FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM, NÚMERO DE MUNICÍPIOS, NÚMERO DE SETORES SELECIONADOS E NÚMERO DE UNIDADES DOMICILIARES INVESTIGADAS, SEGUNDO AS REGIÕES E REGIÕES METROPOLITANAS — 2001**

Unidades da federação e regiões metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostragem			
		Municípios	Sectores	Unidades domiciliares	Pessoas
Rondônia	1/200	11	80	1.388	4.480
Acre	1/150	5	46	748	2.667
Amazonas	1/250	7	125	2.141	7.551
Roraima	1/150	3	30	476	1.525
Pará	1/350	22	286	5.008	18.148
(Belém)	1/150	5	199	3.274	11.610
Amapá	1/200	4	33	537	1.850
Tocantins	1/200	13	77	1.714	5.643
Maranhão	1/750	18	105	1.963	7.551
Piauí	1/500	19	114	1.573	5.505
Ceará	1/500	39	402	7.240	23.645
(Fortaleza)	1/200	13	270	4.514	14.567
Rio Grande do Norte	1/450	15	99	1.869	5.770
Paraíba	1/450	16	108	2.290	7.540
Pernambuco	1/500	44	472	7.689	24.964
(Recife)	1/200	14	314	4.948	16.038
Alagoas	1/450	12	91	1.796	6.022
Sergipe	1/300	11	83	1.844	5.420
Bahia	1/450	66	614	11.713	27.159
(Salvador)	1/200	10	303	5.051	14.650
Minas Gerais	1/550	123	779	12.483	36.657
(Belo Horizonte)	1/350	26	248	4.171	12.404
Espírito Santo	1/450	19	137	2.491	7.005
Rio de Janeiro	1/400	43	619	10.601	27.001
(Rio de Janeiro)	1/550	19	438	7.052	18.423
São Paulo	1/800	110	927	15.970	44.449
(São Paulo)	1/800	35	463	7.548	21.251
Paraná	1/550	69	436	6.654	19.450
(Curitiba)	1/350	20	161	2.649	7.732
Santa Catarina	1/550	28	169	3.386	9.594
Rio Grande do Sul	1/550	75	648	11.056	29.874
(Porto Alegre)	1/200	29	397	6.645	18.280
Mato Grosso do Sul	1/300	16	128	2.269	6.635
Mato Grosso	1/300	21	147	2.746	7.471
Goiás	1/300	41	321	5.833	15.991
Distrito Federal	1/200	1	197	3.380	10.730
Brasil		851	7.273	126.858	378.837

Obs.: Regiões metropolitanas entre parênteses.

TABELA C 9

**FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM, NÚMERO DE MUNICÍPIOS, NÚMERO DE SETORES SELECIONADOS E NÚMERO DE UNIDADES DOMICILIARES INVESTIGADAS, SEGUNDO AS REGIÕES E REGIÕES METROPOLITANAS — 2002**

Unidades da federação e regiões metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostragem			
		Municípios	Sectores	Unidades domiciliares	Pessoas
Rondônia	1/200	11	80	1.388	4.480
Acre	1/150	5	46	748	2.667
Amazonas	1/250	7	125	2.141	7.551
Roraima	1/150	3	30	476	1.525
Pará	1/350	22	286	5.008	18.148
(Belém)	1/150	5	199	3.274	11.610
Amapá	1/200	4	33	537	1.850
Tocantins	1/200	13	77	1.714	5.643
Maranhão	1/750	18	105	1.963	7.551
Piauí	1/500	19	114	1.573	5.505
Ceará	1/500	39	402	7.240	23.645
(Fortaleza)	1/200	13	270	4.514	14.567
Rio Grande do Norte	1/450	15	99	1.869	5.770
Paraíba	1/450	16	108	2.290	7.540
Pernambuco	1/500	44	472	7.689	24.964
(Recife)	1/200	14	314	4.948	16.038
Alagoas	1/450	12	91	1.796	6.022
Sergipe	1/300	11	83	1.844	5.420
Bahia	1/450	66	614	11.713	35.699
(Salvador)	1/200	10	303	5.051	14.650
Minas Gerais	1/550	123	779	12.483	36.657
(Belo Horizonte)	1/350	26	248	4.171	12.404
Espírito Santo	1/450	19	137	2.491	7.005
Rio de Janeiro	1/400	43	619	10.601	27.001
(Rio de Janeiro)	1/550	19	438	7.052	18.423
São Paulo	1/800	110	927	15.970	44.449
(São Paulo)	1/800	35	463	7.548	21.251
Paraná	1/550	69	436	6.654	19.450
(Curitiba)	1/350	20	161	2.649	7.732
Santa Catarina	1/550	28	169	3.386	9.594
Rio Grande do Sul	1/550	75	648	11.056	29.874
(Porto Alegre)	1/200	29	397	6.645	18.280
Mato Grosso do Sul	1/300	16	128	2.269	6.635
Mato Grosso	1/300	21	147	2.746	7.471
Goiás	1/300	41	321	5.833	15.991
Distrito Federal	1/200	1	197	3.380	10.730
Brasil		851	7.273	126.858	378.837

Obs.: Regiões metropolitanas entre parênteses.

## **BIBLIOGRAFIA**

BRASIL. *Lei 6.435* que dispõe sobre as entidades de previdência privada, e dá outras providências, de 15 de julho de 1977.

———. *Decreto-Lei 81.240*. Regulamenta as disposições da Lei 6.435, de 15 de julho de 1977, relativas as entidades fechadas de previdência privada, de 20 de janeiro de 1978.

———. *Lei Complementar 109* que dispõe sobre o regime de previdência complementar e da outras providências, de 29 de maio de 2001.

IBGE. PNADs de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001 e 2002.



## **EDITORIAL**

### **Coordenação**

Silvania de Araujo Carvalho

### **Supervisão**

Helena Rodarte Costa Valente

### **Revisão**

André Pinheiro

Elisabete de Carvalho Soares

Lucia Duarte Moreira

Marcio Alves de Albuquerque

Míriam Nunes da Fonseca

Alejandro Augusto S. V. A. Poinho (estagiário)

### **Editoração**

Carlos Henrique Santos Vianna

Joanna Silvestre Friques de Sousa

Roberto das Chagas Campos

## **COMITÊ EDITORIAL**

### **Secretário-Executivo**

Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

### **Brasília**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

### **Rio de Janeiro**

Av. Presidente Antônio Carlos, 51, 14º andar

20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 142 exemplares